UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

PROJETO VIZINHANÇA: em análise a sociabilidade no espaço urbano

ADRIANA DELBRÜCKE KRAMMES

Orientadora: Profa. Dra. ROSINHA DA SILVA MACHADO CARRION

Porto Alegre, Maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

PROJETO VIZINHANÇA: em análise a sociabilidade no espaço urbano

ADRIANA DELBRÜCKE KRAMMES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Orientador: Profa. Dra. ROSINHA DA SILVA MACHADO CARRION

Porto Alegre, Maio de 2017.

CIP - Catalogação na Publicação

Krammes, Adriana Delbrücke
 PROJETO VIZINHANÇA: em análise a sociabilidade no
espaço urbano / Adriana Delbrücke Krammes. -- 2017.
94 f.

Orientadora: Rosinha da Silva Machado Carrion.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. sociabilidade. 2. cidade. 3. colaboração. I. Carrion, Rosinha da Silva Machado , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ADRIANA DELBRÜCKE KRAMMES

PROJETO VIZINHANÇA: em análise a sociabilidade no espaço urbano

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Aprovado em 26 de Maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Luciano Antonio Prates Junqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Profa. Dra. Rosimeri Carvalho da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Com todo o meu amor dedico este trabalho a minha mãe Celsí Kurz Delbrücke.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representa a concretização de um antigo desejo em dar continuidade à minha formação no ambiente acadêmico. Realização esta que foi possível por dois fatores: pela coragem de estar afastada do mercado de trabalho para me dedicar aos estudos, mas principalmente devido ao apoio recebido de minha mãe Celsí Kurz Delbrücke que durante uma vida toda tem incentivado o meu crescimento com muito amor.

Quero agradecer também à todas as demais pessoas que colaboraram para este feito. Em especial à minha orientadora, a professora Rosinha Carrion, que desde o início do curso tem trabalhado incansavelmente em me desenvolver no universo acadêmico e com grande generosidade me proporcionou enorme aprendizado. Ela também foi a responsável pelos momentos mais felizes que vivi durante o curso, ocasião do estágio na sua disciplina denominada Oficina de Gestão Social e Desenvolvimento.

Gostaria de agradecer também a professora Rosimeri Carvalho que contribuiu para este trabalho e para a minha formação nesse percurso, por ter me oportunizado o contato com textos de grande relevância, mas principalmente pelas reflexões realizadas em sala de aula que certamente ampliaram minha visão de mundo e me tornaram uma pessoa melhor.

Agradeço também ao professor Ivaldo Gehlen pelas fundamentais contribuições sem as quais certamente este estudo não teria os mesmos contornos e pela sua generosidade em ter colocado os seus conhecimentos à disposição deste trabalho. Ao professor Luciano Antonio Prates Junqueira, agradeço o privilégio em poder contar com o seu conhecimento para a avaliação deste trabalho e pelo modo receptivo como aceitou o nosso convite.

Não posso deixar de mencionar a importância que outros dois professores tiveram para a minha jornada. O professor Bernardo Lewgoy que me recebeu na sua disciplina Antropologia Contemporânea cursada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFGRS e a professora Jussara Reis Prá que me acolheu na sua disciplina Políticas Públicas, Processos Decisórios e Cidadania cursada no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. Estas oportunidades certamente contribuíram para afinar o meu exercício intelectual. Por fim, agradeço imensamente à todas as pessoas que aceitaram o convite para as entrevistas, em especial às idealizadoras do Projeto Vizinhança, Márcia Braga e Aline Bueno, que me receberam com uma alegria genuína e contagiante.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PERCURSO METODOLÓGICO	14
CAPÍTULO I - A SOCIEDADE MODERNA	
1.1 Agir comunicativo e entendimento	19
CAPÍTULO II - OS TIPOS DE CAPITAIS	22
CAPÍTULO III - SOCIABILIDADE NA MODERNIDADE	25
3.1 O desencantamento do mundo	26
3.2 O processo de sociação	29
3.3 Os fenômenos históricos	34
3.4 As grandes cidades	
3.5 A configuração do espaço urbano	42
3.6 O amor, o respeito e a solidariedade	
3.7 A rebeldia com relação ao estilo de vida moderno	
CAPÍTULO IV - O PROJETO VIZINHANÇA	54
CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	
5.1 A apropriação da cidade	
5.2 Desafiando a lógica da exclusividade	
5.3 Território e pertencimento	
5.4 Os tentáculos do sistema	
5.5 O capital social: as redes sociais e os meios eletrônicos	
5.6 O capital cultural	
5.7 O capital simbólico	
5.8 Os conteúdos presentes nos indivíduos	
5.9 O lúdico	
5.10 As memórias e o imaginário coletivos	
5.11 A solidariedade	
5.12 Os esquemas de percepção	
5.13 As formas de sociação	
5.14 A autogestão	
5.15 O Estado versus conexões afetivas	
5.16 O Legado	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	
Anexo A - Roteiro de questões semi-estruturado	
Anexo B - Relação de entrevistados	95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Esquema orientador para definição das categorias de análise	15
Quadro 2. Categorias e subcategorias de análise	16
Figura 1. Fotografia do bilhete fixado no portão do casarão onde ocorreu a	
nona edição do Projeto Vizinhança	54
Figura 2. Divulgação do Encontro do Clube de Nadismo	56
Figura 3. Casarão onde ocorreu a nona edição do Projeto Vizinhança	57
Figura 4. Divulgação da oficina de bombas de semente	58
Figura 5. Casarão onde ocorreu a nona edição do Projeto Vizinhança	62
Figura 6. Imagem de intervenção artística	63
Figura 7. Imagem aérea do local da décima edição do Projeto vizinhança	64
Figura 8. Camiseta com ilustração de Diego Ferrer	66
Figura 9. Canecas de cerâmica personalizadas com o logotipo do PV	66
Figura 10. Sacola de feira desenvolvida pela artista Eleonora Fabre a partir	٢
da reciclagem de banners de eventos	66

RESUMO

No ambiente urbano regido pela lógica capitalista são raros os momentos para estreitar lacos, fazer novas amizades e usufruir de conversas pela simples satisfação aue momentos como esses proporcionam. sociabilidade, no sentido que lhe é atribuído por Georg Simmel, é dificultada pelos imperativos da vida moderna que resultam de uma lógica na qual as relações humanas são permeadas pela economia monetária. Tendo em vista que a sociabilidade é uma necessidade humana, as pessoas se organizam de maneira a contornar o isolamento produzido pela cidade capitalista. O objetivo dessa dissertação é investigar à luz das contribuições teóricas do sociólogo alemão, o modo pelo qual as pessoas organizam espaços que oportunizam momentos de compartilhamento e convivência fraterna no ambiente urbano. Por meio de uma abordagem qualitativa, tomamos o Projeto Vizinhança (PV) como objeto de investigação empírica e utilizamos entrevistas semi-estruturadas e pesquisa exploratória como técnicas de obtenção de dados. O PV é um coletivo aberto que ativa espaços ociosos transformando-os, por tempo determinado, em palcos para que as pessoas se conheçam, troquem experiências e compartilhem ideias enquanto realizam inúmeras atividades. Com o auxílio da análise de conteúdo foi possível verificar que iniciativas como o PV contribuem para amenizar o isolamento na vida urbana na medida em que atende à necessidade de sociabilidade que o capitalismo tardio não proporciona.

Palavras-chave: sociabilidade; cidade; colaboração.

ABSTRACT

In the urban environment governed by the capitalist logic, there are few moments to strengthen ties, to make new friends and to enjoy conversations for the simple satisfaction that moments like these provide. Sociability, in the sense attributed to it by Georg Simmel, is hampered by the imperatives of modern life which result from a logic in which human relations are permeated by monetary economy. Given that sociability is a human need, people organize themselves in such a way as to avoid this isolation produced by the capitalist city. The aim of this dissertation is to investigate in the light of the theoretical contributions of the German sociologist, the way in which people organize spaces that provide opportunities for sharing and fraternal coexistence in the urban environment. Through a qualitative approach, we take the Neighborhood Project (PV) as an object of empirical research and use semi-structured interviews and exploratory research as data collection techniques. The PV is an open collective that activates idle spaces by transforming them, for a determined time, into places for people to get to meet each other, exchange experiences and share ideas while doing many activities. With the help of content analysis, it was possible to verify that initiatives such as the PV contribute to soften the isolation in urban life insofar as it meets the sociability necessity that late capitalism does not provide.

Keywords: sociability; city; collaboration.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente estudo é investigar, a partir de uma abordagem qualitativa, o modo pelo qual as pessoas organizam espaços que oportunizam momentos de compartilhamento e convivência fraterna no ambiente urbano. Acreditando que a organização é decorrente de processos de interações sociais, buscamos nas contribuições teóricas de Georg Simmel compreender o processo pelo qual as pessoas entram e interação e formam grupos.

De acordo com o sociólogo alemão, os indivíduos formam grupos em razão dos seus mais variados interesses. Segundo ele, os grupos são constituídos por formas capazes de realizar àqueles conteúdos individuais: os instintos, os impulsos, os interesses e tudo mais que existe no interior dos indivíduos.

Para alcançar tal objetivo, tomamos como objeto de investigação empírica o Projeto Vizinhança (PV), um coletivo aberto que ativa espaços ociosos transformando-os, por tempo determinado, em palcos para que as pessoas se conheçam, troquem experiências e compartilhem ideias enquanto realizam inúmeras atividades.

O referido estudo de caso único possui como objetivos específicos:

- i) investigar qual foi a motivação para a criação do PV.
- ii) investigar os modos como os indivíduos interagem no PV.

Esse estudo partiu de uma inquietação pessoal da autora decorrente de uma trajetória profissional na qual foi preciso residir em grandes centros urbanos nas mais diversas regiões brasileiras. Por todos esses lugares, a seguinte questão, embora ainda não tão clara naquela época, a acompanhava: seria possível contornar o isolamento que a lógica da cidade capitalista impõe à vida na cidade?

Porém, as implicações da vida moderna como, por exemplo, o desgaste pelas intensas atividades do dia-a-dia, como a carga de trabalho, as

mudanças e a consequente falta de tempo impediam o aprofundamento do olhar para esta questão, embora algumas iniciativas nesse sentido já chamassem a atenção.

Parece evidente que a vida nas grandes cidades não é configurada apenas através da gestão do poder público e das suas políticas. De fato, a literatura mostra que a vida nas cidades é organizada também através da força transformadora presente nos valores e sentidos compartilhados que, com esforço, perseveram e se corporificam nas comunidades e grupos urbanos (ETZIONI, 1993; HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 1991; PUTNAM, 2002; SASSEN, 2010). Foi então que outra questão surgiu: como as pessoas se organizam para oportunizar uma convivência mais fraterna nas cidades?

Este trabalho, além da presente introdução e da expressão metodológica, divide-se em cinco capítulos. Os três primeiros capítulos trazem a sustentação teórica necessária para analisar o problema proposto por este estudo. O primeiro capítulo discorre a respeito da progressiva racionalização (WEBER, 2013), instrumentalização (HABERMAS, 1992) e monetarização (SIMMEL 1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005) presentes nas esferas da vida na modernidade.

O segundo capítulo expõe que as relações sociais não se fundam exclusivamente em trocas materiais (BOURDIEU, 2013; PUTNAM, 2000). O terceiro capítulo aborda os motivos que levaram à escassez de momentos para convivência e sociabilidade na cidade capitalista (SENNET, 1998; TÖNNIES, 1947). O quarto capítulo apresenta o Projeto Vizinhança e o quinto, e último capítulo, consiste na apresentação e análise dos dados.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo adotou a abordagem metodológica qualitativa e realizou pesquisa empírica utilizando o estudo de caso único do Projeto Vizinhança (PV) como estratégia de pesquisa.

A técnica de coleta de dados para este estudo de caso (GIL, 2010; YIN, 2001) consistiu em:

- a) entrevistas semi-estruturadas junto às duas idealizadoras do PV, além de outras cinco pessoas que ajudaram a organizar as edições do PV. A escolha destas cinco foi aleatória entre os oito contatos de pessoas que obtivemos. Três entrevistas foram realizadas por videochamada e a amostragem representativa da população de pessoas que participaram como organizadores das edições do PV foi definida no decorrer do processo de entrevistas. A limitação se deu em função da reincidência de informações.
- b) pesquisa exploratória em: rede social em meio eletrônico, páginas de internet, jornais, revistas, bem como em uma plataforma on-line de finaciamento coletivo.

As entrevistas semi-estruturadas visaram contemplar os entendimentos que tanto as idealizadoras como os demais organizadores entrevistados têm da organização social formada pelo PV, bem como de suas experiências no PV e das formas de sociação das quais fizeram parte.

O primeiro contato pessoal com as gestoras do PV ocorreu na Associação Cultural Vila Flores - localizada no Quarto Distrito, Bairro Floresta de Porto Alegre -, ocasião em que uma delas discorreu a respeito do Projeto Vizinhança e sobre como iniciou a parceria entre elas. O segundo encontro, realizado no mesmo local, foi então o momento para a realização da entrevista com a dupla idealizadora.

Os convidados para participar das entrevistas se mostraram receptíveis e aqueles que, por motivo de distância, ou outro impedimento, não puderam ser entrevistados presencialmente, participaram on-line por vídeochamada. As entrevistas foram guiadas por questões semiestruturadas

e com ampla liberdade para responder (GIL, 2010), possibilitando aos entrevistados que, através do relato de suas experiências, trouxessem novas questões para enriquecer o estudo.

Como técnica de análise, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2009) que, segundo Bardin (2009), é constituída por técnicas de análise das comunicações - verbais e não-verbais - que empregam a descrição do conteúdo das mensagens de forma sistemática e objetiva.

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo organiza-se em três fases, nesta ordem: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados e interpretação. A primeira fase, a pré-análise, consistiu na transcrição das entrevistas, na organização e exploração dos materiais a serem analisados, ou seja, uma preparação formal do material. Neste momento, todos os elementos constantes nos materiais a serem analisados foram considerados a fim de verificar se estes têm condições de atender o que o estudo propõe.

Na fase de exploração do material, a partir de sua leitura e da revisão teórica, foram definidas as categorias de análise. Esse processo, conforme a Tabela 1, forneceu duas grandes categorias de análise: a) conteúdo presente no indivíduo e b) processo de sociação.

Quadro 1. Esquema orientador para definição das categorias de análise

Categorias de Análise	Objetivos específicos
a) Conteúdo presente no indivíduo (SIMMEL, 2006)	. investigar qual foi a motivação para a criação do PV.
b) Processo de sociação (SIMMEL, 2006)	. investigar os modos pelos quais os indivíduos interagem (SIMMEL, 2006) no PV.

Nesta segunda fase do processo de análise de conteúdo realizou-se também a construção das operações de codificação através de recortes das transcrições das entrevistas, os quais foram classificados em subcategorias de análise - ver Tabela 2 -, e agregados conforme ordem de coerência de seu conteúdo.

Quadro 2. Categorias e subcategorias de análise

Categorias de análise nível 1	Subcategorias de análise nível 2
a) Conteúdo presente no indivíduo (SIMMEL, 2006)	.investigar qual foi a motivação para a criação do PVinvestigar o que leva as pessoas a colaborarem com o PVinvestigar como o PV é percebido pelos seus organizadores.
b) Processo de sociação (SIMMEL, 2006)	.investigar como as interações sociais são oportunizadas no PVinvestigar como se dá a distribuição de tarefas no PVinvestigar como se forma a rede social (PUTNAM, 1996) em função do PV.

A codificação é, segundo Bardin (2009), uma transformação através de recorte que torna as informações textuais representativas das características dos conteúdos. Os recortes realizados nas entrevistas consistiu no isolamento de frases e parágrafos. Após as seleções, os recortes tornaram-se unidades de registro e objetos de classificação de acordo com o conteúdo para fins de comparações e conexões. Na terceira e última fase, organizamos a redação do presente estudo que foi composta pela literatura, pelas falas dos sujeitos e pelas interpretações.

CAPÍTULO I - A SOCIEDADE MODERNA

O mundo moderno, marcado pela economia monetária, oculta as relações sociais presentes na produção de bens de consumo. Essa racionalidade instrumental da lógica do fetichismo da mercadoria apontado por Marx (2014), que faz objetos parecerem mais importantes do que as relações humanas, permeou todas as esferas da vida na modernidade (WEBER, 2013).

Ao analisar a modernidade, Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005) identificou que, com o advento da economia monetária, as obrigações pessoais foram sendo progressivamente substituídas por contraprestações monetárias fazendo com que, através da consolidação dessa economia, o dinheiro possibilite "uma margem importante de liberdade pessoal na medida em que separa o desempenho, o qual pode ser comprado por dinheiro, da personalidade, a qual permanece inalienável" (SOUZA e ÖELZE, 2005, p.11).

De acordo com a análise de Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005), embora a economia monetária tenha propiciado uma oportunidade maior de autodeterminação, a liberdade individual não se tornou absoluta e livre de constrangimentos na medida em que na modernidade continuou a existir relações de dependência, inclusive em maior escala. Segundo Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005), é justamente a multiplicidade de vínculos e relações na vida moderna que originou a noção de indivíduo e com ela a ideia de que uma identidade própria e separada do social é possível.

A liberdade na modernidade residiria, segundo Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005), em uma consciência de independência derivada da forma como os indivíduos lidam com as aproximações e os distanciamentos em relação à outras pessoas. As relações humanas na modernidade passariam a ser mediadas por meio do dinheiro, o que para Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005) se constituiria como a tragédia da cultura moderna.

As relações sociais foram, segundo ele, substituídas por relações monetárias impessoais. Dessa forma, para Simmel (1989 apud SOUZA e

ÖELZE, 2005), o dinheiro dispensou as formas de solidariedade tradicional que exigiam o comprometimento da pessoa enquanto indivíduo. Na economia monetária, o dinheiro exerce papel de universalizador e se apresenta como um equivalente geral, afastando tudo o que é pessoal e tudo que possui qualidade não-econômica (SIMMEL,1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005) e com isso as qualidades foram substituídas pelas quantidades.

Além disso, no mundo moderno "o espaço que se abre entre as objetivações e os sujeitos, ou entre as coisas e as pessoas, leva a que a noção de instrumento ganhe uma importância fundamental, ocupando todos os espaços entre os sujeitos e objetos" (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005). Dessa forma, o homem tornou-se uma criatura mediada pelo dinheiro (SOUZA e ÖELZE, 2005).

A vida na modernidade é então regulada pelo meio absoluto denominado dinheiro e, "como a maior parte das pessoas passa a vida inteira na busca do dinheiro, cria-se a ilusão de que a sua posse produz a satisfação definitiva e a felicidade" (SOUZA e ÖELZE, 2005, p.13). Para Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005), a lógica da economia monetária faz do dinheiro o Deus moderno e dos indivíduos pessoas pouco auto-realizadas.

Mediante a essência calculista do dinheiro chegou-se, na relação dos elementos da vida, a uma precisão, a uma segurança na determinação de igualdades e desigualdades, a uma univocidade nos compromissos e nos ajustes - tal como, exetrnamente, foi propiciada pela difusão geral dos relógios de bolso. Mas a causa e o efeito deste traço essencial são as condições da grande cidade. (SIMMEL, 2009, p.7)

De acordo com Simmel (2009) - para quem o espírito moderno tornouse um espírito calculador -, os estímulos produzidos pela cidade grande e a onipresença da economia monetária nas diferentes esferas da vida criam as condições psicológicas para uma vida anímica e tornam os indivíduos *blasé*. Segundo o professor alemão,

A essência do caráter *blasé* é o embotamento perante as diferenças das coisas, não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos estúpidos, mas de um modo tal que o significado e o valor das diferenças das coisas e, assim, das próprias coisas são apreendidos como nulos. Elas aparecem ao *blasé* numa tonalidade uniformemente esbatida e cinzenta, e não vale a pena preferir umas às outras. Esta disposição anímica é o

reflexo subjectivo fiel da economia monetária totalmente disseminada; na medida em que o dinheiro contrapesa uniformemente toda a pluralidade das coisas, exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante as diferenças do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e a sua indiferença, se eleva a denominador comum de todos os valores, torna-se o mais terrível nivelador, corrói irremediavelmente o cerne das coisas, a sua peculiaridade, o seu valor específico, a sua incomparabilidade. (SIMMEL, 2009, p.9)

O ser humano necessita, entretanto, de elementos em suas vidas que a lógica da economia monetária não contempla como, por exemplo, o afeto e a fraternidade. A baixa realização pessoal, o vazio afetivo e a crescente insatisfação dos homens típicos da modernidade estão associadas, conforme Simmel (1989 apud SOUZA e ÖELZE, 2005, p.14), ao fato "de tudo ser comparado e medido segundo critérios monetários" e ao desejo moderno por estímulos extremos, rápidas mudanças, exagero quantitativo e diversão passageira.

1.1 Agir comunicativo e entendimento

De acordo Durkheim (1999), a transição para o mundo social moderno deu início a uma progressiva escassez de valores coletivos, ou anomia, como preferiu denominar. A solidariedade na sociedade tradicional que, segundo ele, era produzida pela consciência coletiva e criada pela cultura e religião, foi substituída na sociedade moderna por uma solidariedade que parte de indivíduos interdependentes, mas socialmente desconectados, moldados por funções especializadas em decorrência da industrialização.

Para Habermas (1992), na modernidade, a esfera do agir comunicativo e do entendimento presentes no mundo da vida¹ foi colonizada pelo mundo sistêmico e instrumental das instituições. Nesse contexto, a racionalidade cognitiva-instrumental transborda dos âmbitos da economia e do Estado e penetra no âmbito da vida comunicativamente estruturada, provocando perturbações na reprodução simbólica do mundo da vida (HABERMAS, 1992).

¹ Um indicador das fronteiras entre sistema e mundo da vida seria a forma de legitimação das relações sociais, pois as sociedades capitalistas modernas, de acordo com este pensador, exigem a materialização institucional ancorada por ideias jurídicas e morais.

O sociólogo alemão identifica que na vida em sociedade existe dois tipos de ações concretas e identificadas com base no saber intuitivo dos participantes da interação: 1. as estratégicas, orientadas ao êxito²; 2. e as comunicativas, orientadas ao entendimento entre membros de um mesmo mundo da vida.

As ações orientadas ao entendimento, segundo ele, se dão através de um processo para obtenção de um acordo alcançado comunicativamente com base em convicções comuns. Conforme o pensador, seria possível identificar se estão sendo empregadas ações orientadas ao entendimento a partir da atitude dos participantes em uma comunicação, processo no qual, a fala e o entendimento estabelecem significado entre si.

Porém, alerta que nem toda interação mediada lingüísticamente é uma ação orientada ao entendimento. Além disso, segundo ele, a maioria das manifestações comunicativas ³ na vida cotidiana não possui uma forma explicitamente lingüística, ou seja, não necessita de uma forma verbal.

As ações comunicativas (HABERMAS, 1999) ocorrem através de atos de entendimento quando os planos de ação dos atores não se coordenam baseados em cálculo egocêntrico de resultados orientado ao próprio êxito. Para tanto, existe uma tarefa necessária para a ação comunicativa: a negociação para definir a situação e assim verificar previamente a possibilidade de harmonização dos planos de ação com base em uma situação compartilhada (HABERMAS, 1999). Porém, segundo Habermas (1999), a ação comunicativa nem sempre produz o esperado, pois em contextos de ação complexos, um ato que supõe um agir comunicativo pode portar, ao mesmo tempo, um valor estratégico em outros planos de interação.

² O êxito, segundo Habermas (1999), consiste no alcance do estado de coisas desejado em uma situação produzida através do cálculo de ação ou omissão. Uma ação orientada ao êxito é: instrumental quando considerada sob o aspecto de observância de regras de ação; estratégica quando considerada sob o aspecto de observância de escolhas racionais

(HABERMAS, 1999).

-

³ Para distinguir as manifestações comunicativas, Austin (1962 apud HABERMAS, 1999) define três tipos de atos quanto ao emprego da linguagem: 1. o locucionário, que significa significa dizer algo; 2. o ilocucionário, que significa fazer dizendo algo; 3. e o perlocucionário, uma classe de interações estratégicas, que significa causar algo ao dizer algo.

O modelo dualista de sociedade de Habermas (1992), entre outras razões, busca entender os processos de socialização perante a força do dinheiro e do poder apoiados pela institucionalização das ações racionais - econômica e administrativa — orientadas a fins no mundo da vida. A partir das perspectivas sistêmicas formadas pelas organizações modernas capitalistas, o mundo da vida (HABERMAS, 1992) é percebido como elemento do entorno sistêmico. Nesse contexto, uma força naturalizadora da indiferença e da coisificação da cultura, sociedade e personalidade, age desumanizando a sociedade (HABERMAS, 1992) e servindo como instrumento de manutenção do próprio sistema.

A presente revisão da literatura aponta que o agir comunicativo (HABERMAS, 1999) - em contraponto ao agir estratégico - ao fazer parte da vida social, possibilita a integração social uma vez que o mecanismo de entendimento lingüístico é parcialmente suspenso nas áreas de ação sistematicamente organizadas devido aos meios de controle ancorados no mundo da vida. Dessa forma, a criação de condições de convivência para contornar o isolamento produzido pela cidade capitalista passa necessariamente pela comunicação.

CAPÍTULO II - OS TIPOS DE CAPITAIS

Segundo Bourdieu (1998), as ligações entre as pessoas não se restringem apenas às relações econômicas ou de proximidade geográfica, pois se fundam tanto em trocas materiais, como também em trocas simbólicas. Assim, para o sociólogo francês, além do capital econômico relacionado às trocas mercantis, há também outras formas de capital. Uma delas é o capital social, que ele define como um conjunto de recursos ligados a uma rede de relações, ou seja, à vinculação a um grupo formado por agentes que possuem propriedades percebidas pelos participantes entre si e também por outras pessoas.

Para Putnam (2000), o capital social é resultado da adesão social através do qual é possível alcançar a confiança e a reciprocidade. Segundo ele, a confiança e a reciprocidade são recursos que dão conta dos problemas da vida urbana. Essa adesão social, - que resulta, por exemplo, em redes sociais, associações de voluntários (PUTNAM, 2002) e cadeias de relações sociais (PUTNAM, 1996) -, é formada por laços unidos pelo senso de identidade compartilhado, por ligações que ultrapassam essa identidade e também por conexões entre os níveis da hierarquia social (PUTNAM, 2002).

Em outras palavras, o capital social é um apanhado de características da organização social - especialmente a confiança -, que possibilita a cooperação⁴ social (PUTNAM, 1996). Nas culturas pré-modernas, segundo Giddens (1991 apud CUNHA, 2000), a confiança⁵ é localizada nos ambientes das relações de parentesco, da comunidade local, da religião e tradição, "enquanto que, na cultura moderna, os ambientes de confiança têm como contexto geral os sistemas abstrados desencaixados" (GIDDENS, 1991 apud CUNHA, 2000, p.51), como, por exemplo, as relações sociais.

_

⁴ Segundo Sennet (2012), a cooperação exige uma comunicação clara entre os atores a fim de ampliar a compreensão recíproca fazendo com que as pessoas se tornem conscientes dos próprios pontos de vista. Dessa forma, a cooperação seria um meio pelo qual as pessoas são capazes de interpretar a própria existência na medida em que pensamentos e sentimentos estão inscritos no processo do fazer.

⁵ Para Giddens (1991, p.41 apud CUNHA, 2000, p.52) a confiança é a "crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro".

Quando a confiança se estabelece, "permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. Além disso, a capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade" (ABU-EL-HAJ, 1999, p.68 apud CUNHA, 2000, p. 53).

O capital social é alimentado pela confiança e esta, assim como os demais recursos do capital social, se expande através de teias de significado presentes na rede⁶ social (MACIEL et al., 2014). Segundo Maciel et al. (2014), a rede pode ser entendida como um elemento básico para o capital social de um grupo, pois é dela que emergem as táticas cotidianas. Porém, são as repetidas interações sociais ⁷ que formam as relações sociais e constituem o laço social ⁸(WASSERMAN e FAUST, 1994 apud RECUERO, 2005) que conecta os atores na rede social.

O capital social está está ligado aos alicerces normativos que possibilitam a integração social e associado à espaços de colaboração, à formação de uma responsabilidade coletiva, à práticas de voluntariado, bem como à promoção de novas formas de sociabilidade (COLEMAN, 1994). Sua reprodução ao longo do tempo se deu a partir da produção e reprodução de relações duráveis que geram ganhos materiais ou simbólicos em ocasiões, lugares e atividades que possibilitam a reunião de indivíduos e um esforço de sociabilidade (BOURDIEU, 1998).

A reprodução do capital social exige também outros tipos de capitais, exemplo disso é o capital cultural ou informacional (BOURDIEU, 1987). Uma vez reconhecidos socialmente como legítimos, os conhecimentos adquiridos através da formação, do contato com o universo das artes, das viagens, entre

-

⁶ A rede é composta por nós que, no caso das redes sociais, são os agentes ou participantes que se relacionam entre si dentro de uma mesma estrutura (BUTTS, 2009 apud MACIEL et al., 2014).

⁷ As interações sociais são ações que manifestam-se através da comunicação (WATZLAVICK, BEAVIN e JACKSON, 2000 apud RECUERO, 2005).

⁸ O laço social pode ser composto também através de associação: uma conexão entre um indivíduo e um grupo, "representada unicamente por um sentimento de pertencimento" (BREIGER, 1974 apud RECUERO, 2005, p.89). De acordo com Granovetter (1973 apud RECUERO, 2005), - para quem as relações sociais produzem a confiança (GRANOVETTER, 1985) -, o que determina a força de um laço, se é forte ou fraco, é uma combinação - provavelmente linear - da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade enquanto confiança mútua e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço.

outros, constituem o que Bourdieu (1987) denomina de capital cultural. Este tipo de capital se retroalimenta no interior de cada classe social (BOURDIEU, 1987) e está inscrito na lógica monetária, uma vez que somente é possível adquiri-lo lançando mão de recursos financeiros.

Segundo Bourdieu (1987), os diferentes tipos de capital, quando percebidos e reconhecidos como legítimos, tomam a forma de capital simbólico, ou seja, revestem a realidade objetiva de uma forma sublimada na qual, a partir da existência ou ausência de um código de valores (BOURDIEU, 2013), confere prestígio e autoridade aos que o possuem. Sendo assim, "toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico" (BOURDIEU, 2013, p.111).

O capital simbólico exige um sistema de propriedades e de "indívíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a *reconhecer* [...] essas propriedades" (BOURDIEU, 2013, p.111). Para uma prática funcionar como símbolo de distinção (BOURDIEU, 2013), é necessário que ela receba determinações que a faça parecer necessária para os agentes. No grupo social, a representação que os agentes

fazem de sua posição no espaço social [...] é produto de um sistema de esquemas de percepção e apreciação (habitus) que é ele mesmo o produto incorporado de uma condição definida por uma posição determinada quanto à distribuição de propriedades materiais [...] e do capital simbólico e que leva em conta não somente as representações que os outros têm dessa mesma posição e cuja agregação define o capital simbólico [...], mas também nas distribuições retraduzidas simbolicamente no estilo de vida. (BOURDIEU, 2013, p.111)

Toda formação social possui marcas distintivas, cujo conjunto - ou sistema de marcas distintivas - constitui o sistema simbólico (BOURDIEU, 2013). Além disso, quando as propriedades são socialmente aceitas como pertinentes e legítimas, em função de um sistema compartilhado de classificação, tornam-se signos de reconhecimento (BOURDIEU, 2013).

CAPÍTULO III - SOCIABILIDADE NA MODERNIDADE

Parece evidente que nos tempos modernos a humanidade obteve ganhos nas mais diversas áreas de conhecimento, com especial destaque para as tecnologias em medicina, comunicação, informação e produção de alimentos. Além disso, a transição para a modernidade acarretou, conforme verifica-se na teoria (SIMMEL, 2006; HABERMAS, 1992; TÖNNIES, 1947), significativas transformações que afetaram as relações humanas.

O Iluminismo no século XVII deu origem à sociedade moderna, um produto da Era da Razão no qual as formas de coesão social tradicionais foram reorganizadas de forma a surgir novas forças sociais. Os laços interpessoais e o espírito comunitário presentes na vida rural e nas menores comunidades perderam força quando as pessoas passaram a viver em sob a lógica das cidades capitalistas e dos imperativos da industrialização e do consumo. Segundo Simmel (2009), ao mesmo tempo em que a vida tornouse

infinitamente mais fácil, na medida em que estímulos, interesses, preenchimentos de tempo e de consciência se lhe oferecem de todos os lados [...] a vida compõe-se cada vez mais destes conteúdos e destas ofertas impessoais. (SIMMEL, 2009, p.18)

Nesse cenário, espaços que oferecem condições para uma socialização fraterna atenuam os impactos da racionalização e da industrialização na qualidade de vida nas cidades capitalistas. É de sentimentos como proximidade e confiança que as pessoas estão sentindo falta nas grandes cidades. Uma vez que a vida na cidade é produzida e mantida através das interações (JACOBS, 2011), a criação de meios que proporcionem momentos de convivência são fundamentais.

Sendo assim, a vida comunitária pautada pelo convívio, pela cooperação e pelo compartilhamento passou a ser percebida como solução para contornar a angústia provocada pelo isolamento nas cidades capitalistas. Nessa direção, movimentos, projetos e fóruns locais emergem com o objetivo de construir novas formas de convívio, de reconstruir o

sentimento de pertencimento à cidade, de empoderamento dos habitantes junto aos espaços públicos e de fortalecer os laços humanos.

3.1 O desencantamento do mundo

Convivência e sociabilidade são elementos indispensáveis para a saúde social das cidades modernas. Construir possibilidades para as pessoas sentirem-se confortáveis na presença de outras pessoas, para realizar atividades coletivas e fazer novos amigos, para interagir e desfrutar de agradáveis momentos, ou seja, encorajar a possibilidade de variadas trocas sociais, reforça posturas importantes para a vida em sociedade como, por exemplo, a empatia e a cortesia.

Porém, as cidades sob o regime capitalista, se desenvolveram de forma a atender as necessidades da industrialização e a vida nas cidades imersa na sociedade de consumo, marca da modernidade, fez com que as relações humanas, os modos de pensar e organizar se tornassem essencialmente racionais. Essa transição, gradual e progressiva, ocorreu na medida em que as relações humanas foram sendo pautadas pela competição e pelo egoísmo, fazendo com que os indivíduos fossem se isolando uns dos outros, justamente ao contrário do que acontecia nas sociedades prémodernas, onde as relações eram familiares e íntimas.

De acordo com Ferguson (1782), o avanço do progresso tem acarretado custos sociais na medida em que os interesses individuais impostos pelo capitalismo dilapidaram as virtudes presentes no espírito comunitário das sociedades tradicionais e enfraqueceram o espírito cívico que impulsiona a ação das pessoas em prol da sociedade.

Além disso, relações sociais mais próximas e autênticas, apoiadas no ânimo (SIMMEL, 2009) e nas relações pautadas pelo sentimento, são dificultadas pela complexidade do cotidiano urbano moderno que é regido por conflitos, antagonismos e diferenças que derivam de uma pluralidade de pontos de vista referentes a valores sociais, simbólicos, econômicos e religiosos (CARNEIRO, 2009).

Com a modernidade, a sociedade passou a ser baseada em controle, disputas por ganhos materiais e regras que desumanizam as pessoas e afetam suas ações sociais (WEBER, 2004). Isto ocorre porque, segundo Weber (2004), a ação instrumental, calcada no agir estratégico, na avaliação de custos e conseqüências, tomou o lugar das ações emocionais sustentadas por valores.

Em outras palavras, na vida moderna, os princípios administrativos substituíram a orientação social e moral. Weber (2013) denominou de desencantamento do mundo o afastamento da cultura, das interações tradicionais e dos valores espirituais decorrentes da racionalidade e das disputas por ganho econômico. Isso teria acontecido, segundo ele, em virtude da penetração da burocracia em todas as esferas da vida em sociedade.

Em seu estudo sobre o processo de racionalização na modernidade, Weber (2013) identificou que a ordem econômica capitalista converge com uma ética protestante na qual a vocação e o trabalho constituiriam um caminho para a salvação. Essa racionalidade à serviço de obtenção de ganhos econômicos - regida principalmente pela economia capitalista - não se restringiu apenas à esfera do trabalho, mas, segundo ele, permeou também as dimensões políticas, sociais e culturais.

Buscando compreender a racionalidade da sociedade moderna, Weber (2004) observa o que denominou de ação social, ou seja, àquela ação orientada pelo comportamento ou ação do outro. De acordo com o seu quadro conceitual, a racionalidade orientada ao ganho econômico se configuraria apenas enquanto um dos quatro tipos de ação social por ele identificados: a ação orientada a fins, que exige cálculo e planejamento.

Os outros três tipos de ação social indicados por Weber (2004) são: a ação referente a valores, orientada pelos princípios morais, éticos e religiosos que inspiram a conduta; a ação estritamente tradicional, orientada pelos costumes; e a ação estritamente afetiva, orientada por sentimentos, afetos e emotividade.

Weber (2004) também identificou quatro tipos de racionalidade: 1. a racionalidade formal, orientada pelos meios-fins, ou seja, pela calculabilidade e pelo que é prescrito pelos sistemas jurídico e econômico; a racionalidade substantiva, orientada pelos fins, ou seja, em função dos objetivos e não dos processos; a teórica, orientada pela construção de abstrações; e a prática - predominante na vida moderna -, orientada por interesses individuais.

Conhecendo o quadro conceitual de Weber (2004), Habermas (1999), na sua teoria da ação, sinaliza três conceitos relacionados às possíveis racionalidades do agir, além do agir comunicativo o qual já foi abordado neste trabalho. Em oposição à lógica que rege o agir comunicativo, esses conceitos estariam inscritos em uma racionalidade prática que marca as relações humanas na modernidade. De acordo com Habermas (1999), são eles: o agir regulado por normas, que visa satisfazer a expectativa de comportamento generalizada; o agir dramatúrgico, que visa suscitar uma determinada impressão de si mesmo para o público e o agir teológico, que visa escolher os meios auspiciosos para realizar um propósito.

Cada um dos conceitos de ação indicados por Habermas (1999) teria, segundo ele, em alguma medida, tornado-se produtivo pelas mãos de outros teóricos, a saber: o agir teológico, na teoria dos jogos estratégicos por meio de Neumann e Morgenstern; o agir regulado por normas, na formação de teorias no campo das ciências sociais por meio de Durkheim e Parsons; o agir dramatúrgico por meio de Goffman; e o agir comunicativo por meio de Mead e Garfinkel.

Teria sido, segundo Weber (2013), o predomínio da racionalidade prática e instrumental nas organizações modernas - empresariais ou não - que tornou a dominação racional legal, ou seja, a burocracia, um modelo que facilitou a administração de massas e aprisionou o homem moderno.

A dominação para Weber (2004) consistiria na probabilidade de encontrar vontade ou interesse em obedecer ordens, sendo o tipo mais puro de dominação legal, segundo ele, exercido por meio de um quadro

administrativo burocrático observado na forma de administração especificamente moderna.

Esse quadro de pessoas, segundo Weber (2004), pode estar vinculado à obediência ao senhor: por costume; de modo puramente afetivo; por interesses materiais; por motivos ideais. Os motivos que levam à submissão podem ser, segundo o autor, os mais variados que vão desde o hábito inconsciente até a avaliações puramente racionais.

Já a natureza desses motivos, segundo o intelectual alemão, podem ser: puramente materiais e racionais; afetivos ou racionais referentes a valores; ou, no caso das relações no cotidiano, as relações dominadas pelo costume, interesses materiais e racionais referentes a fins.

Dessa forma, no contexto da modernidade, os processos de socialização teriam sido afetados pela adequação de meios a fins, típica da lógica instrumental, decorrente da progressiva racionalização (HABERMAS, 1992; WEBER, 2013) do mundo da vida (HABERMAS, 1992).

3.2 O processo de sociação

O predomínio do comércio e das grandes cidades no lugar da vida em família e da economia doméstica em aldeias (TÖNNIES, 1947), desencadeou uma série de mudanças para as relações humanas. As grandes cidades - forma mais elevada e complexa da convivência humana -, segundo Tönnies (1947), conservaram o princípio espacial da convivência, porém, essa sociedade de maior escala, modificou os laços sociais das comunidades tradicionais - o *Gemeinschaft* -, que foi sendo permeada por relações superficiais e por uma racionalidade a serviço de interesses próprios - o *Gesellschaft* - originada pela burocracia e pelas crenças formais.

_

⁹ Simmel (1976) chega a sugerir que a vida urbana causa nas pessoas uma perturbação nervosa decorrente da "mudança acelerada e initerrupta das impressões interiores e exteriores" (SIMMEL, 2009, p.4) e que suas formas de agir seriam respostas em busca de uma sobrevivência social que exige atenção voltada para as pessoas as quais se espera algum benefício.

A vida citadina, segundo Simmel (2009, p.16), "transformou a luta com a natureza em vista da obtenção do alimento numa luta entre os seres humanos, de sorte que o ganho que se disputa não é [...] concedido pela natureza, mas pelos homens". A vida na cidade rebaixou o homem "a um grão de areia numa organização monstruosa de coisas e de potências, que gradualmente lhe subtraem [...] espiritualidades e valores" (SIMMEL, 2009, p.17).

Para o professor alemão, a vida na grande cidade conduz à individualização espiritual causada pela "dificuldade de fazer valer a personalidade própria nas dimensões da vida" (SIMMEL, 2009, p.16). As extravagâncias específicas da grande cidade, segundo ele, é

o ser-original, o capricho, o preciosismo, cujo sentido já não reside nos conteúdos de tal comportamento, mas apenas na sua forma de ser diferente, de se destacar e, assim, de se tornar notado - para muitas naturezas, no fim de contas, o único meio de preservar para si, mediante o desvio pela consciência dos outros, alguma autoestima e a consciência de ocupar um lugar. [...] a tentação de se apresentar de modo mais notório, concentrado e, quanto possível, característico torna-se extraordinariamente mais sugestiva do que onde o trato frequente e longo já no outro propicia uma imagem inequívoca da personalidade. (SIMMEL, 2009, p.16-17)

Segundo Tönnies (1947), a vida favorável é a vida em comunidade, ou seja, aquela vida em comum e autêntica, pautada pelo gostar recíproco entre vizinhos, amigos e parentes, que resulta no compartilhamento, no entendimento, na convivência, no consenso e onde partilha-se a linguagem, os costumes e a fé. De outro lado, está a sociedade: uma vida organizada baseada em interesses, onde as relações são impessoais, onde repousa a lucratividade e onde a vida em comum é passageira e aparente (TÖNNIES, 1947). É dessa forma que as grandes cidades foram configuradas após a transição do modo de vida rural - nas comunidades tradicionais - para o urbano, onde a ação motivada pela satisfação individual tomou o lugar daquelas movidas pela obrigação moral, costume ou hábito (TÖNNIES, 1947).

Exemplo disso é que na sociedade - em contraponto à vida em comunidade - ninguém faz, concede ou empresta algo aos demais a não ser em troca de uma contraprestação na mesma medida ou superior (TÖNNIES,

1947). De acordo com Tönnies (1947), esta lógica representou um retrocesso no desenvolvimento das relações humanas, principalmente quanto à perda da abundante solidariedade - essa capacidade de renunciar ao narcisismo (RAMOS, 2013) - nas grandes sociedades.

De acordo com Simmel (2009) os homens se organizam em função de suas necessidades interesses individuais "sensoriais. duradouros, momentâneos. conscientes, inconscientes, causalidade ou teleológicamente determinados" (SIMMEL, 2006, p.60-61)".

Segundo ele, são os interesses individuais que dão origem aos processos de sociação. Porém, "a sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação" (SIMMEL, 1983, p.60).

O processo que surge a partir da interação entre os indivíduos quando adotam sistemas de colaboração 10 e cooperação 11 a fim de constituir uma unidade para realizar seus interesses individuais é denominado por Simmel (2006) de sociação. O processo de sociação, segundo Simmel (2006), compreende o modo como os indivíduos colaboram, cooperam e formam grupos¹² em razão dos seus mais variados interesses.

Segundo ele, os grupos são constituídos por formas capazes de realizar àqueles conteúdos¹³ individuais: os instintos, os impulsos, os interesses e tudo mais que existe nos indivíduos. Além disso, os propósitos e interesses particulares dos grupos podem produzir "formas sociológicas que excluem a competição" (SIMMEL, 1983, p. 147).

¹⁰ Segundo Maçada e Tijiboy (1998), a colaboração consiste na existência de ajuda mútua ou unilateral.

De acordo com Maçada e Tijiboy (1998), a cooperação exige, além da ajuda mútua ou unilateral, objetivos comuns e ações conjuntas.

¹² Segundo Simmel (1983, p.141), "os grupos se distinguem em seu caráter sociológico

segundo a extensão e o tipo de competição que admitem".

13 De acordo com Simmel (1983, p.60-61), "uma forma social desligada de todo o conteúdo não pode ter existência, do mesmo modo que a forma espacial não pode existir sem uma matéria da qual seja forma". Para ele, a matéria da sociação é tudo o que existe "nos lugares concretos de toda a realidade histórica" (SIMMEL, 2006, p.60).

Simmel destaca "que um grupo, depois de chegar a um certo tamanho, tem de desenvover formas e órgãos que sirvam à sua manutenção e promoção, do que antes não precisava como grupo menor" (SIMMEL, 1983, p. 90). Em outras palavras,

os grupos grandes criam órgãos que canalizam e servem de mediadores para a interação de seus membros e operam, dessa maneira, como veículos de uma unidade social que já não resulta mais das relações diretas entre seus elementos. (SIMMEL, 1983, p.98)

Assim, os "grupos menores têm qualidades - incluindo tipos de interação entre seus membros - que desaparecem quando os grupos aumentam" (SIMMEL, 1983, p.90). Nos grupos menores, "a contribuição de cada um ao todo e o reconhecimento do grupo são claramente visíveis" (SIMMEL, 1983, p.91), além disso, na vida social de um pequeno grupo "as necessidades e pontos de vista individuais são diretamente efetivos, são objeto de imediata consideração" (SIMMEL, 1983, p.99).

O princípio vital de pequenos grupos é constituído, segundo Simmel, pelas relações pessoais, porém, na medida em que o grupo aumenta, surge "a distância e frieza das normas objetivas e abstratas, sem as quais um grupo grande não pode subsistir" (SIMMEL, 1983, p.99-100). Conforme Simmel (2009), em grupos pequenos existe uma vigilância mútua entre as pessoas com relação às realizações e às disposições dos indivíduos. Por isto as pessoas percebem uma maior liberdade de movimento e uma maior preservação da vida privada quando inseridos em grupos maiores (SIMMEL, 2009).

Retomando a questão da sociação, na sensibilidade de Simmel (1984, p.59) a interação é uma "ação recíproca [que] se produz sempre por determinados instintos (*Trieben*) ou para determinados fins" e surge a partir de

instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros [fazendo] com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. (SIMMEL, 2006, p.59-60)

De acordo com o sociólogo, "uma mesma forma de sociação [pode] ser observada em conteúdos totalmente diversos e em conexão com fins totalmente diversos" (SIMMEL, 1984, p. 62). É possível tomar como exemplo a forma de colaboração e cooperação presentes no ambiente empresarial. Essas formas de sociação podem também estar presentes em organizações com fins absolutamente diferentes daqueles empresariais como, por exemplo, em mutirões comunitários. Simmel (1984) esclarece que a diferença reside na convivência dos indivíduos, esta sim que, segundo ele, "se realiza [e] se apresenta numa grande variedade de formas" (SIMMEL, 1984, p.62-63).

Dentre as formas de interação capazes de realizar àqueles conteúdos individuais, está a sociabilidade (SIMMEL, 2006), a qual indica uma interação motivada pelo prazer da troca e do compartilhamento. Porém, nas cidades capitalistas modernas são raros os momentos para estreitar laços e usufruir de conversas pela satisfação que momentos como esses proporcionam. Esse prazer de se relacionar com outras pessoas e a simples apreciação da conversa pela conversa é o que Simmel (2006) define como sociabilidade. A sociabilidade é, na sensibilidade dele, uma relação pautada pela discrição, onde evita-se atritos e a conversa serve como meio e não como motivo da ligação.

Segundo Simmel (2006), as formas de interação através da conversa são: a) o atendimento a normas reconhecidas; b) o acordo de amizade por meio do compromisso e a descoberta de convicções comuns; c) o acolhimento de bom grado do que é novo; d) a recusa daquilo sobre o qual não se pode esperar nenhum entendimento. De acordo com ele, para a conversa ser sociável é necessário que: 1. as pessoas em interação estejam na mesma sintonia; 2. o assunto seja agradável, cativante e interessante; 3. e a discussão não seja pautada pela lógica instrumental, estratégica e puramente racional. A sociabilidade seria uma forma lúdica para preencher a necessidade de convivência em contraponto a uma realidade de vida social na qual as interações estão impregnadas de intencionalidades estratégicas.

Aspectos como o consumo, a competição e a defesa de interesses individuais agiram no sentido de normalizar as relações instrumentalizadas na vida urbana, ou seja, de tornar trivial as relações nas quais os indivíduos agem estrategicamente para satisfazer os próprios interesses. A instrumentalização das relações interpessoais afasta os indivíduos da idéia de comunidade e as suas consequências estão fazendo as pessoas repensarem a vida no meio urbano. Sentimentos como solidão e insegurança são algumas delas e motivam o surgimento de esforços que visam resgatar o espírito comunitário e os laços humanos nas grandes cidades através da construção de possibilidades para o exercício da sociabilidade.

3.3 Os fenômenos históricos

Tudo o que designamos como objeto seria, segundo Simmel (2014), um complexo de determinações e relações a partir das quais é possível descobrir uma pluralidade de outros objetos. De acordo com o pensador alemão, a sociologia é um método de investigação para chegar aos fenômenos que se dão nesse campo de saber, onde o homem deve ser compreendido como um ser social, bem como portador concreto e imediato de toda a realidade histórica, enquanto que a sociedade deve ser concebida como a base de todo o acontecer histórico. Para este sociólogo, os fenômenos históricos são compreendidos pelas ações recíprocas e conjuntas dos indivíduos, pelas incontáveis contribuições individuais e pela encarnação das energias sociais em entidades que estão mais além dos indivíduos.

Para Simmel (2014), uma ciência especial da sociedade exige separar por abstração os elementos unidos inseparavelmente na realidade, sistematizar as formas de ação recíprocas ou de socialização e submetê-las a um ponto de vista metódico unitário. De acordo com a sua sensibilidade, por mais variados que sejam os interesses que levam às socializações, as formas que se apresentam podem ser as mesmas, além disso, um mesmo interesse pode mostrar-se nas socializações sob diferentes formas.

De maneira a ilustrar este pensamento, Simmel (2014) utiliza quatro exemplos. O primeiro, o interesse econômico, por se realizar pela concorrência ao invés da organização - anexada ou separada em grupos econômicos - dos produtores em torno de um plano. O segundo, os conteúdos religiosos que, mesmo parecendo idênticos, adotam algumas vezes formas liberais e outras uma forma centralizada. O terceiro, os interesses baseados nas relações sexuais, se satisfazem em uma pluralidade tal que, segundo ele, é praticamente incalculável. O quarto, o interesse pedagógico, dá lugar tanto a uma relação liberal do mestre com o discípulo como a uma forma despótica. Neste último exemplo, segundo o autor, podem ser produzidas tanto ações recíprocas como ações mais coletivas entre o mestre e os discípulos.

De acordo com o professor alemão, os mais divergentes conteúdos podem ser realizados de uma maneira exclusiva, na qual a matéria permanece única, porém a convivência dos indivíduos apresentaria uma grande diversidade de formas. Isso resultaria, segundo Simmel (2014), na constituição de uma inseparável unidade da vida social - da qual poderia ser extraída a legitimação do problema sociológico - composta pela matéria e a forma das ações.

O conceito de sociedade para Simmel (2014) possui duas significações distintas. A primeira, conceberia a sociedade como o complexo de indivíduos socializados - material humano socialmente conformado - que constitui toda a realidade histórica. Para a segunda, a sociedade seria a soma daquelas formas de relação por meio das quais a sociedade, em seu primeiro sentido, surge a partir dos indivíduos.

As ciências sociais também possuem duas abordagens na perspectiva de Simmel (2014): a primeira, quando o seu objeto é tudo o que acontece na sociedade e por ela; a segunda, quando tem por objeto as forças, as relações e formas por meio das quais os homens se socializam formando a sociedade. Para o intelectual alemão, formas como, por exemplo, hierarquias, corporações, concorrências, formas matrimoniais, amizades, usos sociais e formas de governo são acontecimentos produzidos em sociedades já

existentes, pois se a sociedade não existisse previamente não haveria ocasião para o surgimento dessas formas.

Na percepção de Simmel (2014), todas as sociedades conhecidas possuem um grande número de formas de relações, ou seja, de socializações. Para ele, teríamos uma sociedade ainda que houvesse apenas uma forma de relação, de socialização. O pensador sugere ainda que se todas as formas de socialização desaparecessem não haveria mais sociedade, pois esta somente seria possível na medida em que há relações mútuas produzidas por determinados motivos e interesses.

Para Simmel (2014) não existe uma ação recíproca absoluta que determina a existência da sociedade, mas ações recíprocas que não são causa ou consequência da sociedade e sim a própria sociedade. A imensa pluralidade e variedade com que as formas de ação recíproca atuam a todo instante expressaria, de acordo com Simmel (2014), uma aparente realidade histórica autônoma em relação ao conceito geral de sociedade, o que talvez constitua, segundo ele, a causa da indeterminação e insegurança que este conceito teria nas investigações sociológicas gerais realizadas até o momento de seus estudos.

O estudioso alemão faz uma analogia utilizando o conceito da vida, que não teria progredido enquanto a ciência a considerava um fenômeno unitário e de realidade imediata, fazendo o leitor recordar que o conceito só evoluiu quando processos únicos que se verificam nos organismos foram investigados.

Se quisermos definir as formas sociológicas com certa precisão, é preciso, segundo ele, considerar que elas têm validade para um círculo de fenômenos reduzidos, pois pouco é possível alcançar utilizando afirmações genéricas como, por exemplo, afirmar que a forma da subordinação se encontra em praticamente toda a sociedade humana. Neste caso, ele indica que seria mais adequado adentrar nas diversas classes de subordinação, bem como nas formas especiais de sua realização, determinando a forma tão

quanto for possível e tornando assim menos extenso o círculo de vigência da ação.

O objeto observado abstraído da realidade - a forma de socialização -, pode, segundo o docente alemão, ser considerado de duas maneiras: 1. partindo do ponto de vista das leis que se originam da estrutura objetiva dos elementos, se comportam indiferentemente com relação a sua realização no espaço e tempo e estabelecem o mesmo independentemente de quantas ocorrências são observadas nas realidades históricas; 2. partindo do ponto de vista de sua aparição em determinado lugar ou tempo, de sua evolução dentro de determinados grupos.

Simmel (2014) exemplifica com a seguinte questão: como determinar o que significa a competição como forma pura da conduta humana? Para tanto, segundo ele, seria necessário determinar: 1. em quais circunstâncias ela se apresenta; 2. quais modificações aquele objeto sofre devido à sua singularidade; 3. por que características formais e materiais da sociedade se apresentam reforçadas ou rebaixadas; 4. como se diferenciam as competições entre os indivíduos nos grupos.

O autor parece buscar resumir este esforço ao lançar mão da seguinte questão: o que é a competição enquanto forma de relação entre os homens que pode aceitar toda uma variedade de conteúdos mas que, pela identidade com que sempre se apresenta e por maior que seja a diferença de conteúdos, prova seu pertencimento a um campo regido segundo leis próprias e suscetíveis de abstração?

Simmel (2014) sugere que deve-se proceder de maneira semelhante com todas as grandes relações e ações recíprocas que formam as sociedades como, por exemplo, com ações recíprocas sociais em organizações de natureza objetiva, ideal ou pessoal e com representações de comunidades por indivíduos.

A semelhança da forma de socialização em circunstâncias materiais muito diferentes, bem como o contrário, seria suficiente, segundo Simmel (2014), para considerá-la como um possível princípio. Qual forma puramente

sociológica e quais relações mútuas entre os indivíduos contém o acontecimento histórico, indaga o autor. Essas relações mútuas entre os indivíduos se constituiria, segundo ele, da abstração dos interesses, instintos e das condições puramente objetivas nas relações entre os indivíduos.

O processo histórico poderia ser interpretado, na sensibilidade de Simmel (2014), de diversos sentidos mas, para ele, somente seria possível mostrar em sua totalidade material os feitos históricos que testemunham a realidade das formas sociológicas. Neste campo, segundo ele, não seria possível distinguir entre a pura socialização e a totalidade do fenômeno real com toda a sua complexidade e por esta razão seria preciso falar de um procedimento intuitivo, ou seja, uma disposição particular de olhar que realizaria a divisão entre forma e conteúdo.

Os fenômenos históricos em geral, segundo Simmel (2014), podem ser contemplados a partir de três pontos de vista fundamentais que se misturam continuamente: 1. as existências individuais dos sujeitos reais das circunstâncias; 2. as formas de ação recíprocas, que são realizadas apenas entre existências individuais e estudadas a partir da coexistência, colaboração e ajuda mútua; 3. os conteúdos, ou seja, o sentido puramente objetivo das relações mantidas entre os sujeitos - expresso na economia e na técnica, na arte e na ciência, nas formas jurídicas e nos produtos da vida sentimental -, que possibilita a formulação de conceitos acerca das situações ou acontecimentos.

De acordo com o professor, é complicado satisfazer a necessidade metódica de separar cada um destes pontos, principalmente pela dificuldade em ordená-los independentes uns dos outros e pela preocupação em obter uma imagem única da realidade que compreenda sua totalidade. Por maior que seja o rigor metódico e a clareza, não seria possível, segundo ele, evitar a ambiguidade, pois não haveria como determinar em todos os casos o quanto cada um destes três pontos penetram uns nos outros.

Para o autor, o estudo dos problemas particulares se aproximaria de mais de uma categoria, e mesmo no seu interior seria impossível manter com

segurança o procedimento conveniente e evitar o método próprio das demais. Sendo assim, ele propõe uma metodologia sociológica que julgaria mais segura e clara.

Ao seu ver, a prática científica não pode, em esfera alguma, confiar plenamente em procedimentos pouco claros, porém postula que não devemos renunciar a certas doses de instinto uma vez que seus motivos chegariam de forma clara à consciência em momento posterior. Além disso, segundo ele, o trabalho científico seria condenado à infertilidade caso fossem utilizados de imediato métodos plenamente acabados para lidar com problemas novos.

Simmel (2014) indica que se aproximar das ações que vão e vêm entre os indivíduos - e cuja soma resulta na coesão da sociedade - faz surgir um mundo de formas semelhantes de relações. De acordo com ele, a sociologia não pode se limitar a estudar fenômenos sociais nos quais as energias recíprocas dos indivíduos já estão consolidadas em unidades, pois, na sua percepção, não são somente os grandes organismos e sistemas como, por exemplo, estados, sindicatos, formas de família, constituições econômicas, organizações militares, grêmios, municípios, formação de classes e divisão industrial do trabalho que constituem a sociedade.

Para o autor parece evidente que quanto maior e mais dominante for um conjunto social de interesses de uma organização objetiva, mais facilmente esta terá lugar na transformação da vida imediata. Daí surgiria, segundo ele, uma existência abstrata situada mais além dos processos individuais e primários.

Na perspectiva de Simmel (2014), existe um grande número de formas de relação e ação entre os homens - os casos particulares - que, embora ocorram em quantidades incalculáveis, parecem insignificantes. Entretanto, segundo ele, são elas que produziriam a sociedade como a conhecemos, onde casos particulares se intercalariam entre as formações oficiais ou mais amplas.

Para ilustrar esta ideia, Simmel (2014) faz uma analogia utilizando a medicina interna antiga por ela se dedicar apenas aos grandes órgãos sem dar importância aos incontáveis tecidos tão indispensáveis para a vida quanto àqueles orgãos já bem determinados.

As formas sociais análogas a esses tecidos desdenhados pela medicina interna antiga são, na ótica de Simmel (2014), de grande importância para uma compreensão da sociedade mais profunda, mesmo não estando fundadas naquelas organizações consideradas firmes, pois a socialização entre os homens seria um movimento contínuo que encadeia os indivíduos ainda que não forme organizações propriamente ditas.

O verdadeiro acontecer para o sociólogo alemão é constituído pelas relações que ocorrem entre os homens a todo instante, ou seja, tratam-se de processos microscópicos que em momento posterior se organizam ou se hipotetizam em sistemas macroscópicos.

O laço formado pelo agradecimento produzido por um gesto altruísta, bem como uma infinidade de outras relações ligariam constantemente os homens uns aos outros. Os pequenininos passos seriam, segundo ele, responsáveis por criar a conexão da unidade histórica, pois as ações recíprocas entre as pessoas seriam as que estabelecem a unidade social.

No entendimento de Simmel (2014) seria impossível abranger cientificamente a realidade em sua integridade imediata e, sendo assim, ela deve ser apreendida de vários pontos de vista separados, ou seja, criando objetos científicos independentes entre si.

3.4 As grandes cidades

As relações, que anteriormente eram poucas e próximas, na sociedade de escala, passaram a ser muitas e distanciadas, pois, no contexto da cidade moderna, um grande volume de pessoas vive isoladas, circulando quase que exclusivamente entre os seus núcleos doméstico, familiar e profissional. Além disso, no passado, conforme assinala Simmel (1983),

raramente as pessoas encontravam pessoas fora do seu vínculo social, o que hoje no meio urbano é comum.

Nesses tempos líquidos da modernidade, segundo Bauman (2007), onde até mesmo sentimentos são passageiros e descartáveis, a multiplicação de conexões, de relações, de interdependências e de comunicações são irreversíveis. As pessoas dependem umas das outras mesmo sem se conhecer ou sentir o que os outros fazem. Ou seja, todas as pessoas são afetadas o tempo todo em alguma medida pelos demais, inclusive por aqueles geograficamente mais distantes (BAUMAN, 2007).

Os tempos modernos também redefiniram o processo de construção da identidade, a felicidade, bem como o significado e o propósito da vida (BAUMAN, 2007). Dessa forma, a dinâmica da vida moderna exige novos acordos para a convivência humana (BAUMAN, 2007), inclusive porque as conexões interpessoais, em grande parte virtuais, não aproximaram as pessoas de forma a satisfazer a sociabilidade dificultada pela lógica da cidade capitalista.

Segundo Putnam (2000), o colapso das relações tradicionais diminuiu tanto a disposição das pessoas para atuar em prol da comunidade, como o tempo para interação entre amigos. Na mesma direção, Etzioni (1993) sinaliza que, na modernidade, os direitos individuais e as responsabilidades comunitárias estão em desequilíbrio porque o senso de direito dos indivíduos é muito maior do que o da obrigação moral devida à comunidade.

De acordo com Etzioni (1993), o princípio orientador para recompor as virtudes cívicas e os valores tradicionais, corroídos principalmente pelo individualismo e pelo liberalismo econômico, é a articulação da sociedade através do consenso de seus membros e dos preceitos que tomam corpo nas comunidades, ou seja, nas redes de relações sociais que abrangem sentidos e valores compartilhados. Além disso, segundo Etzioni (1993), ser moralmente solidário com as necessidades compartilhadas é o caminho para fortalecer a família, estreitar laços e reduzir a criminalidade.

3.5 A configuração do espaço urbano

O desenvolvimento das cidades capitalistas está atrelado ao ajustamento social, econômico e político aos padrões burgueses impostos por uma visão urbanística que consolidou uma elite capitalista e moldou os espaços urbanos, tornando-os diversificados e excludentes (CORRÊA, 1989).

A história mostra que, no final do século XIX, a evolução urbanística é acelerada e que, no início do século XX, certas medidas passam a ser adotadas no espaço urbano sob o discurso da modernização, prática que têm sido empregada até os dias atuais e têm acarretado um pesado custo social. Exemplo disso, é o processo de higienização social instaurado em Porto Alegre nos anos 20 por Otávio Rocha a fim de transformá-la em uma nova Paris. Para tanto, uma das ações do intendente consistiu no deslocamento de pessoas pobres da área central para as regiões mais periféricas da cidade.

De acordo com Corrêa (1989, p.7), o espaço urbano, ou espaço de uma grande cidade capitalista, é a organização espacial da cidade composta pelo "conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si". Estes usos

definem áreas, como o centro das cidades, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outros, aquelas reservadas para futura expansão. (CORRÊA, 1989, p.7)

De acordo com este geógrafo, o espaço urbano é: a) desigual; b) mutável; c) simultâneamente fragmentado e articulado; d) um campo de lutas; e) objeto das lutas sociais; f) um conjunto de símbolos. No capitalismo, a articulação das partes que constituem o espaço urbano "manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia" (CORRÊA, 1989, p.8).

O espaço urbano abriga lugares que fazem parte da memória afetiva, monumentos, lugares associados à lendas e à histórias presentes no imaginário coletivo. Dessa forma, o espaço urbano assume, segundo Corrêa (1989) uma dimensão simbólica. O conjunto das formas espaciais (SANTOS,

1985) das cidades capitalistas "é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes [sociais concretos] que produzem e consomem o espaço" (CORRÊA, 1989, p.11).

Embora todos os cidadãos devessem participar ativamente da criação da cidade, os agentes que fazem e refazem a cidade são: "(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos" (CORRÊA, 1989, p.12). Esses agentes agem de forma complexa através de práticas para um processo de reorganização espacial constante

que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1989, p.11)

No espaço urbano capitalista, os investidores buscam perpetuar e expandir a circulação do capital; o Estado patrimonialista visa manter o controle da população e minimizar os conflitos de classe (CORRÊA, 1989), garantir a satisfação de seus interesses políticos e a manutenção do poder, enquanto que os excluídos buscam sobreviver.

A organização espacial da cidade capitalista tem servido de instrumento para viabilizar o "propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção [...] em grande parte através da posse e do controle do uso da terra urbana" (LEFEBVRE, 1976 apud CORRÊA, 1989, p.12) com a finalidade de dar continuidade ao processo de acumulação.

As concepções neoliberais norteiam os rumos das cidades e o Estado organiza os espaços de forma a atender os interesses de grandes empresas, o que torna a organização espacial da cidade estrategicamente fragmentada, complexa, articulada e excludente (CORRÊA, 1989). Nesse cenário, as grandes corporações são favorecidas pela globalização através de uma geografia global de exploração (SASSEN, 2010). Grandes projetos imobiliários expulsam pessoas dentro das cidades, transformando as cidades

em aglomerados de construções e deixando o espaço urbano com áreas mortas, reduzindo a vitalidade e as possibilidades de convivência (SASSEN, 2010). A situação habitacional das pessoas nas grandes cidades

é fácil de entender. Qualquer observador desprovido percebe que, quanto maior a centralização dos meios de produção, tanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço e, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis as habitações dos trabalhadores. Os "melhoramentos" urbanos que acompanham o progresso da riqueza, a demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, lojas etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial e para as carruagens de luxo, o estabelecimento de linhas para bondes etc., desalojam, evidentemente, os pobres, expulsando-os para refúgios cada vez piores e mais abarrotados de gente. (MARX, 2015, p.771)

A força controladora do capital imobiliário (SASSEN, 2010; CORRÊA, 1989), tem impactado negativamente nas formas e na disponibilidade de espaços para a sociabilidade nas cidades modernas. A cidade expande juntamente com os espaços para a circulação do capital. A segregação geográfica é delimitada de acordo com a posição social e o poder econômico e político definem muitas características da cidade. A distância e o sentimento de não-pertencimento aos espaços considerados centrais e privilegiados, sempre intimidou moradores de regiões mais longínquas e periféricas que possuem menor poder de consumo.

Nesse contexto, a periferia se constitui em um grande dormitório para a mão-de-obra barata, abrigando reserva de força de trabalho – para garantir a soberania e a perpetuação do capital - composta pela população desempregada, fragilizada e absolutamente disponível para o mercado a qualquer tempo.

O empresário capitalista não está interessado em promover a integração social ilimitada mas, pelo contrário, ele constrói para grupos específicos. Além disso, frequentemente os incorporadores capitalistas se apropriam de espaços (ZUKIN, 2010) expulsando as pessoas que deram vida a estes locais. Nas cidades capitalistas, pessoas são descartadas para atender interesses econômicos e importantes laços, como os de vizinhança, tornam-se produtos nas mãos de agentes do capital imobiliário (SASSEN, 2010).

Tönnies (1947), em seus estudos, identificou que, na grande cidade e em todo estado de sociedade, somente as classes mais altas, ricas e cultas realmente conseguem ser atuantes e usufruir a vida. De acordo com Santos (1987), a metrópole não é plenamente usufruída pela maior parte dos moradores da cidade, somente por aqueles que possuem os recursos necessários para tal. O espaço, pelo que oferece a alguns e recusa a outros, pelas suas características, pelo seu funcionamento, pelas atividades, é produto "de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais" (SANTOS, 1978, p.171).

O espaço é organizado socialmente, estruturado de acordo com a organização feita pelo homem e "se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções" (SANTOS, 1978, p.122).

Porém, para Claval (1999), falar de território ao invés de espaço põe em evidência aqueles lugares que, por meio de técnicas e discursos, foram construídos pelos homens e neles repousam as inscrições sobre as existências humanas. Para ele, os grupos mantêm relações de ordem material e simbólica com o seu meio, ou seja, "os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham" (CLAVAL, 1999, p.11).

De acordo com Pollany (1980), territórios construídos com base em princípios e valores solidários tornam possíveis as trocas através da cooperação. Esta, por sua vez, "pressupõe confiança, participação, autogestão e relações sociais" (GANDOLFI, 2010, p. 159) e, conforme já mencionado, "fundamenta-se nas relações sociais, no sentimento intenso de pertencimento à comunidade local, na fusão entre o individualismo e o sentido comunitário [...] e num estado [...] em que deve estar presente o capital social" (BEGATTINI, 1999 apud GANDOLFI, 2010, p.159).

Ao estudar territórios, é preciso compreender a natureza dos laços sociais entre seus atores, ou em outras palavras, "a natureza do processo de

cooperação em torno do qual se constroem os territórios" (ABRAMOVAY, 2010 apud GANDOLFI et al., 2010, p.160).

Uma vez que o território é material e também simbólico - e está associado à identidade e ao pertencimento -, "a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades" (CLAVAL, 1999, p.16). Para Claval (1999), os grupos somente existem a partir dos territórios com os quais se identificam, pois é o sentimento identitário que permite sentir o pleno pertencimento a um grupo.

A identidade surgiu como uma construção cultural que busca atender a necessidade existencial de encontrar uma resposta sobre quem somos através da seleção de "um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo" (CLAVAL, 1999, p.15). Os sentimentos da identidade possuem natureza relacional na medida em que "a identidade é construída a partir do olhar do outro" (CLAVAL, 1999, p.14), ou seja, "é o olhar que os outros têm de você que o define" (CLAVAL, 1999, p.13).

A partir do testemunho de antropólogos, segundo Claval (1999), "a identidade deve ser analisada como um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar um sentido à sua existência" (CLAVAL, 1999, p.15). Este discurso "se apóia sobre traços bem reais da vida material, da organização social e do universo dos valores da coletividade" (CLAVAL, 1999, p.15).

Segundo Haesbaert (1997), todo território contém uma referência identitária, bem como uma dimensão simbólica. Conforme Claval (1999), "o suporte territorial das identidades não precisa ser contínuo e de um único bloco" (CLAVAL, 1999, p.17), tendo em vista "a dimensão simbólica de certos referentes espaciais" (CLAVAL, 1999, p.17).

De acordo com Gandolfi et al. (2010, p.157), "quando se pensa em territórios, a identidade é importante porque necessita do esforço coletivo. Essa identidade envolve a construção de "lugares" (quase sempre, associase a identidade com lugar físico)". Segundo Heeman e Caiuby (2016b), a

partir do momento que o espaço urbano recebe os atributos necessários para a convivência deixa de ser apenas um desenho urbano e torna-se um lugar para conexões sociais. Além disso, as identidades culturais são formadas não somente a partir do coletivo, mas também a partir das particularidades de um locus (HALL, 2011).

Para Heeman e Caiuby (2016b), o espaço urbano é um lugar vibrante e de convivência social quando: atende necessidades e desejos da comunidade; é um lugar de encontros, onde as pessoas se sentem bemvindas e confortáveis; possui atividades; possui manutenção e estrutura; ocorre a triangulação, ou seja, as pessoas passam a interagir e assim a se conhecer provocadas pela disposição e conexão de diferentes elementos como, por exemplo, aparelhos para exercícios, brinquedos e bancos.

Segundo elas, a sociabilidade é o maior desafio em um espaço público, mas quando alcançada "torna-se uma característica inconfundível" (HEEMANN e CAIUBY, 2016). De acordo com Heemann e Caiuby (2016), por espaço sociável entende-se um lugar onde é possível encontrar amigos e também fazer novas amizades. Ótimos espaços públicos são, para elas, lugares vividos que abrangem culturas, propiciam trocas sociais, são lugares para realizar celebrações, encontrar amigos e que oferecem atrativos para motivar as pessoas a frequentarem o local. A diversidade, o uso misto do espaço e o aproveitamento de espaços ociosos, são algumas das características que colaboram para a promoção da integração social no meio urbano (JACOBS, 2011).

Comunidades urbanas vibrantes, além de tornar os espaços da cidade mais seguros, fazendo com que mais gente esteja presente e vigilante, promovem a aproximação das pessoas, a convivência nos espaços urbanos e o exercício da sociabilidade. Além disso.

Quando as pessoas encontram os amigos, conhecem e cumprimentam os seus vizinhos, e se sentem confortáveis interagindo com estranhos, elas tendem a sentir um forte senso de lugar/pertencimento com espaço e o seu entorno. (HEEMANN e CAIUBY, 2016)

O espaço vivido - a dimensão simbólica do território -, "nos países anglo-saxônicos, refere-se ao sentido de lugar (*the sense of place*)" (CLAVAL, 1999, p.10). Os lugares memoráveis - *hauts lieux* -, ou de memória, são fontes de identidade coletiva, fortalecem o sentimento de pertencimento e, devido ao seu valor e às suas referências simbólicos, estão associados à dimensão simbólica dos territórios (BRUNET et al., 1992 apud CLAVAL, 1999).

As construções culturais do eu e do nós estão associadas também à territorialidades simbólicas (CLAVAL,1999) que são "freqüentemente descontínuas, em mosaico ou encaixadas" (CLAVAL, 1999, p.18). O território simbólico pode ser móvel, como "é o caso de certos nômades que reconstituem o espaço sagrado que dá sentido a sua vida em todo o lugar que eles se instalam" (CLAVAL, 1999, p.17). Além disso, o território pode incorporar uma dimensão afetiva (HAESBAERT, 1997; SAQUET, 2007).

O desencantamento com o mundo moderno ocidental faz emergir outras formas de territorialidades, inclusive aquelas acreditadas ultrapassadas (CLAVAL, 1999). Segundo Claval (1999),

Nós vivemos num mundo em que as pessoas não sabem mais o que elas são, mas em que as facilidades de comunicação e de deslocamento multiplicam os pontos de referência em que podem se ancorar. Os valores outrora dominantes são erodidos, mas há hesitação sobre aqueles que poderiam substituí-los. As vias que podem seguir a reconstrução das identidades são múltiplas. (CLAVAL, 1999, p.21)

De acordo com Claval (1999), os lugares - e àquilo que os diferenciam - passaram a ser referência para muitos dizerem quem são e em que se distinguem dos outros. O discurso identitário, segundo Martin (1994 apud CLAVAL, 1999), tem por função orientar escolhas e tornar normal o sentimento de pertencimento a um grupo. Para ele, é a carga de emotividade do sentimento de pertencer que impulsiona a ação do indivíduo.

Assim, o discurso identitário tem por finalidade a criação de condições para adesão e definição do grupo e "fazer passar do estado latente àquele de 'comunidade' em que os membros são persuadidos a ter interesses comuns,

a ter alguma coisa a defender juntos" (MARTIN, 1994, p.23 apud CLAVAL, 1999, p.22).

Porém, já foi demonstrado pela presente revisão da literatura, que a participação, o envolvimento e o movimento que fazem as pessoas sentiremse vivas em suas existências foram sendo substituídos por um contínuo isolamento na dinâmica da vida nas modernas cidades (BAUMAN, 2007; HABERMAS, 1992; SIMMEL, 1976; TÖNNIES, 1947). Isso ocorre porque, além dos motivos já abordados, os espaços para uso comum são continuamente reduzidos em detrimento aos interesses privados (LEFEBVRE, 2007; SASSEN, 2010).

Lugares que pulsam criatividade, diversão e expressão pautam uma existência onde as pessoas podem satisfazer suas necessidades de sociabilidade e são imprescindíveis para a organização de sociedades politicamente conscientes e fundamentais para a saúde social de uma cidade (HEEMANN e CAIUBY, 2016; JACOBS, 2011; LEFEBVRE, 2007; SIMMEL, 1976). A redução desses lugares (SASSEN, 2010) diminui as possibilidades para interagir socialmente, cerceia a liberdade individual e provoca disfunções sociais, uma vez que são meios para atender as necessidades sociais e psicológicas (SIMMEL, 1976) dos indivíduos. O caminho sugerido por Lefebvre (1991), para refazer a cidade e também a nós mesmos, é reivindicar o direito à cidade já que a sociedade não é apenas reflexo, mas um produto do meio urbano.

3.6 O amor, o respeito e a solidariedade

Mesmo com o aumento do isolamento nas últimas décadas, existe uma necessidade latente de sentir-se importante para as demais pessoas, o que somente é possível através do reconhecimento (RAMOS, 2012). O reconhecimento social está associado a uma necessidade de mostrar para si próprio e para as demais pessoas a capacidade de contribuir com algum feito próprio em prol da sociedade de tal modo que esse ato seja intersubjetivamente reconhecido como importante para a coletividade (HONNETH, 2003).

Dessa forma, a necessidade de reconhecimento intersubjetivo perpassa pela construção das identidades, individuais e de grupos, uma vez que a identidade somente pode ser formada quando estes indivíduos e grupos forem reconhecidos intersubjetivamente (HONNET, 2003). Sendo assim, o reconhecimento intersubjetivo está associado à inserção de indivíduos e grupos sociais na sociedade (HONNET, 2003).

Segundo Honneth (2003), são três os padrões de reconhecimento intersubjetivos: o amor, o direito e a solidariedade. Além disso, segundo ele, somente é possível ao indivíduo alcançar a autorrealização quando o reconhecimento é contemplado no interior de cada uma das três dimensões da vida: 1. na esfera do amor e afeto, quando há autoconfiança; 2. na esfera das leis e direitos, quando há autorrespeito; 3. e na esfera da solidariedade social ou eticidade, quando há autoestima.

Para Honnet (2003), o amor é a forma de reconhecimento mais primária e elementar, é o alicerce que permite o desenvolvimento da autoconfiança. Além disso, a psicologia mostra

que toda relação amorosa, seja entre pais e filho, seja aquela relação contida na experiência da amizade, seja, finalmente, também, a que acompanha o contato íntimo, está ligada à condição de simpatia e atração, que não se submete inteiramente ao domínio do indivíduo. Os sentimentos positivos para com outros seres humanos são sensações involuntárias, e a relação amorosa não se aplica indiferentemente a um maior número de parceiros. Mas embora seja inerente ao amor um elemento necessário de "particularismo moral", Honneth concorda com Hegel ao considerar o amor como sendo o cerne estrutural de toda eticidade: só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação desejada reciprocamente, cria a medida da autoconfiança individual, que pode tornar-se base indispensável para a participação autônoma na vida pública. (ALBORNOZ, 2011, p. 137)

A autonomia, tanto na esfera do amor como na do direito, existe somente na medida em que se reconhece a autonomia do outro (HONNETH, 2003). No direito, o reconhecimento da autonomia do outro se dá através do respeito (HONNETH, 2003), que se se apresenta de duas formas distintas: através do reconhecimento do ser humano como pessoa e através do reconhecimento do ser humano pelo seu caráter (ALBORNOZ, 2011).

A primeira forma de respeito, é um tipo de reconhecimento cognitivo orientado, por exemplo, pela estima (ALBORNOZ, 2011). A segunda forma, fundamenta-se na avaliação do ser humano com relação às suas propriedades pessoais e capacidades concretas e para isso, supõe-se que dispomos "do apoio de um sistema referencial valorativo, que informa sobre o valor de traços da personalidade, numa escala de graduação, de melhor ou pior" (ALBORNOZ, 2011, p.138). Sendo assim,

para o reconhecimento jurídico, o problema é determinar aquela propriedade geral das pessoas como tais; para a estima social, o que está em questão é o sistema referencial valorativo, no interior do qual se mede o "valor" das virtudes dos indivíduos. (ALBORNOZ, 2011, p.138)

Enquanto que, na forma de reconhecimento recíproco denominada de solidariedade, o ser humano necessita de uma estima social mútua que consiste em um julgamento intersubjetivo com relação a capacidades e realizações, bem como em uma aceitação das peculiaridades individuais com base nos valores existentes na comunidade e partilhados entre seus membros (HONNETH, 2003). Sendo assim,

a forma de reconhecimento por estima requer um meio social que avalie as diferenças de capacidades e qualidades entre sujeitos humanos, fundamentando os vínculos intersubjetivos. Essa tarefa de mediação é operada, no nível social, por um quadro de orientações simbolicamente articulado, embora sempre aberto, poroso, no qual se formulam valores e objetivos éticos, cujo todo constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade. Tal quadro de orientações serve de sistema referencial para a avaliação de propriedades da personalidade, cujo "valor' social se mede pelo grau em que parecem estar em condições de contribuir à realização dos objetivos sociais. (ALBORNOZ, 2011, p.140)

A estima social é orientada por critérios pré-determinados pela autocompreensão cultural de uma sociedade e são os objetivos comuns que orientam os membros de um mesmo contexto social, de uma mesma comunidade de valores (ALBORNOZ, 2011; HONNETH, 2003). O detentor da estima social é o grupo uma vez que as realizações pelas quais o indivíduo pode sentir-se reconhecido está associado às propriedades coletivas (ALBORNOZ, 2011; HONNETH, 2003).

A autorrelação prática a que essa experiência de reconhecimento leva os indivíduos é um sentimento de orgulho de grupo, de honra coletiva. Na relação interna de tais grupos, as formas de interação

assumem o caráter de relações solidárias, e por solidariedade se compreende uma relação interativa em que os sujeitos tomam interesse, de modo recíproco, por seus modos distintos de vida, já que se estimam de maneira simétrica. (ALBORNOZ, 2011, p.141)

É na esfera da solidariedade que se origina a autoestima: uma confiança nas próprias capacidades e realizações pelos demais compontentes da comunidade a qual pertence o indivíduo (HONNETH, 2003). Além disso, na medida em que as capacidades representadas por um grupo - que representa formas de vida onde há conquista de estima social e afirmação - se tornam evidentes e visíveis para a esfera pública, aumenta o valor social do grupo, ou seja, eleva a reputação desse grupo (ALBORNOZ, 2011; HONNETH, 2003).

3.7 A rebeldia com relação ao estilo de vida moderno

O desencantamento do mundo devido aos altos custos humanos cobrados pela modernidade, onde o sentido da vida foi colocado dentro do progresso infinito, alavancou a procura por outros arranjos sociais (ALBUQUERQUE, 1999). Este sentimento provocou uma rebeldia com relação ao estilo de vida moderno e uma vontade de experimentar outros padrões de comportamento, motivando o surgimento dos anarquistas, *hippies*, anarco-punks, psicodélicos, ecológicos, comunidades alternativas, solidariedades errantes, entre outras (ALBUQUERQUE, 1999). Nesse contexto, então, emergiram estilos de vida que comportavam drogas, música, trabalho artesanal, religiões, preservação do meio-ambiente, além da valorização da vida em comunidade e de elementos da cultura popular, indígena e oriental (ALBUQUERQUE, 1999).

A necessidade de uma vida coletiva - comunitária e com novos arranjos sociais - expressa nos movimentos da contracultura, deu origem ao que hoje é denominado de cultura alternativa, a qual

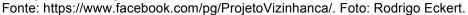
se apresenta dispersa em uma infinidade de temas: natureza, equilíbrio, respeito, reconciliação, harmonia, comunicação, intuição, pureza, comunidade, afetividade, integração, mistério, unidade, espontaneidade... São valores, condutas, atributos que povoam o simbolismo da comunidade, com os quais os alternativos se opõem ao consumismo, à competição predatória, à negligência ética e à impunidade. (SOARES, 1994 apud ALBUQUERQUE, 1999, p.52)

Em tempos onde as ideias do capitalismo *laissez-faire* já permearam todas as esferas da vida, grupos microscópicos e errantes propõem uma vida social vibrante e intensa fora dos núcleos das instituições, onde "laços de afetividade e de prazer reúnem indivíduos em torno da dança, da música, do esporte, bem como resgata cumplicidades de vizinhança e da aldeia" (DUVIGNAUD, 1995, p.186-187 apud ALBUQUERQUE, 1999, p.53).

Do ponto de vista acadêmico, segundo Albuquerque (1999), estudos sobre o modo de vida de comunidades mais recentes se fazem necessários para a compreensão da sociedade e do imaginário coletivo atuais. Para esta pesquisadora, talvez uma microssociologia revele "solidariedades inesperadas modernidade, uniforme" na а qual se pretendia (ALBUQUERQUE, 1999, p.53).

CAPÍTULO IV - O PROJETO VIZINHANÇA

Figura 1. Fotografia do bilhete fixado no portão do casarão onde ocorreu a nona edição do Projeto Vizinhança.





O Projeto Vizinhança é um coletivo aberto à participação de qualquer pessoa para ativar temporariamente espaços ociosos - públicos e privados - através de atividades artísticas, gastronômicas, culturais, educativas, recreativas, esportivas, ecológicas, musicais e lúdicas, com vistas à aproximação das pessoas que vivem na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. O apelo do Projeto Vizinhança é para que as pessoas transformem coletivamente os espaços pouco explorados da cidade em palcos de novas experiências a fim de estimular a convivência entre as pessoas.

O PV foi lançado pela Entrevistada 1 em paralelo a um acontecimento relacionado a um outro projeto - o qual ela fazia parte juntamente com alguns amigos - que materializou a galeria virtual Vendoarte durante alguns dias. Com a temática 'Arte de perto', obras de mais de cinqüenta dois artistas foram expostas, com a anuência da proprietária, nos cômodos de uma residência desocupada. Foi então que, naquele local, a primeira edição do Projeto Vizinhança aconteceu, entre os dias 7 e 25 de Agosto de 2012, na Rua Alcides Gonzaga localizada no Bairro Boa Vista, ocasião em que foram oferecidas oficinas de desenho e pintura para crianças.

Nessa mesma época, ela acompanhava um terceiro projeto: o Translab. Com a chamada 'Quem se importa com a cidade', esse projeto promove encontros para debates de assuntos e ideias relacionados à vida na cidade, o que acabou promovendo a aproximação com sua atual parceira de articulação do Projeto Vizinhança.

Ao se conhecerem, as articuladoras do PV identificaram que possuíam um interesse em comum: as possibilidades de convivência e integração que podem existir na cidade. Foi então, a partir dessa parceria, que o Projeto Vizinhança começou a tomar a forma que possui hoje. Pouco tempo após o lançamento do Projeto Vizinhança, ocorreu a segunda edição do Projeto, entre os dias 20 e 28 de Outubro de 2012 na Rua Eça de Queirós, Bairro Petrópolis. Aquela ocasião integrou jardins privados com a cidade, oferecendo um espaço aberto para encontro, bate-papo, diversão e descanso.

No ano seguinte, em 2013, ocorreu a terceira edição do Projeto nos dias 16 e 17 de Março na Avenida Padre Cacique, mais precisamente em um terreno utilizado como estacionamento em frente ao Estádio Beira Rio. O acontecimento contou com atividades artístico-culturais realizadas por designers, ilustradores, artistas visuais, entre outros colaboradores. A proposta desse evento foi revelar aspectos da cidade e promover a troca de conhecimentos de forma a propiciar para as pessoas uma nova experiência de interação com a cidade e com as outras pessoas através da arte.

Nos dias 8 e 9 de Junho do mesmo ano, a quarta edição aconteceu na Rua Dário Pederneiras no Bairro Petrópolis, na casa de Dona Ivone Pacheco, dama do jazz no cenário musical de Porto Alegre. O tema do evento intitulado de 'Projeto Vizinhança Jazz', prestou homenagem aos 31 anos do Clube de Jazz, e buscou atrair as pessoas através da música.

Ainda em 2013, nos dias 23 e 24 de Novembro, a quinta edição - com o tema 'Casas da memória' - foi realizada em três casas da Rua Luzitana, Bairro Higienópolis. Já a primeira edição de 2014, ou seja, a sexta edição do Projeto - com o tema 'Um centro cultural por bairro' -, se passou nos dias 29 e 30 de Março no Centro Cultural Zona Sul na Rua Landell de Moura, Bairro Tristeza, local de um conjunto arquitetônico composto por quatro prédios

inspirados na arquitetura colonial espanhola. A edição seguinte, ocorreu dia 17 de Maio do mesmo ano e foi realizada em terreno localizado na Rua Dona Sofia no Bairro Santa Tereza.

A sétima edição, com o tema 'Terreno de ideias', foi pensada de forma a propiciar momentos de relaxamento e apreciação da natureza. Em meio às atividades, havia um redário para relaxar. A ocasião também contou com o Encontro do Clube de Nadismo - a arte de desfrutar momentos sem fazer nada -, conforme Figura 7 abaixo.

Figura 2. Divulgação do Encontro do Clube de Nadismo Fonte: https://projetovizinhanca.art.br.

PROJETO VIZINHANÇA 7ª Edição

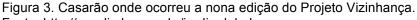
Encontro do Clube de Nadismo Dia 17 de maio, sábado, às 15h Rua Dona Sofia, 40 - Bairro Santa Tereza

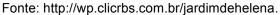


A oitava edição, sob o tema 'Lugar de brincadeira', ocorreu no dia 8 de Novembro daquele mesmo ano em um terreno localizado na Rua São Manoel, no Bairro Santana. Entre as atividades daquele encontro destaca-se a visita guiada para registrar, através de desenhos ou fotos, as espécies de plantas nativas ou cultivadas pelos vizinhos do bairro.

A nona edição do Projeto Vizinhança aconteceu nos dias 7 e 8 de Novembro de 2015 em um suntuoso casarão desocupado localizado na Avenida Guaíba, Bairro Vila Assunção. Durante esses dois dias, o imóvel foi transformado, com autorização de seu proprietário, em um espaço de

convivência para quem quisesse participar. Este evento, em especial, teve grande repercussão devido a reportagem exibida no Globo Repórter - programa de televisão da Rede Globo - no dia 26 de Fevereiro de 2016.







A décima, e mais recente, edição foi no dia 13 de Agosto de 2016, na ocasião do lançamento pela Convexo de um espaço - para interação e geração de renda para a comunidade - localizado na Avenida do Lami, Belém Novo. Sob o tema, 'Caminhos do Sol', a edição foi uma parceria com o projeto da Convexo que busca envolver a comunidade na busca de soluções para os problemas locais.

Os principais meios de divulgação utilizados para convidar as pessoas a participarem das reuniões promovidas pelo Projeto Vizinhança e seus parceiros são as redes sociais em meios eletrônicos, além de convite corpo a corpo nas ruas, comunicação entre conhecidos e distribuição de impressos nas imediações dos eventos.

As dez edições do Projeto Vizinhança, ocorridas desde o ano de 2012 até o presente momento, contemplaram um universo de atividades: contação de histórias, exposições de arte, atividades físicas, churrascos, apresentações musicais, roda de poesia, jogos, leitura, performances artísticas, danças tradicionalistas, bate-papos e teatro. Além de oficinas de:

pintura, desenho, horta urbana, artesanato sustentável, pintura em tecido, massinha de modelar, graffiti, origami, cerâmica, customização de pequenos móveis, caixas de frutas e de manejo de sementes.

Figura 4. Divulgação da oficina de bombas de semente. Fonte: https://www.projetovizinhanca.art.br.

PROJETO VIZINHANÇA



6ª Edição | 1x1 : Um centro cultural por bairro

Oficina de Bombas de Sementes com o Instituto Eckart Dia 30/03, domingo, às 10h no Centro Cultural Zona Sul Rua Landell de Moura, 430 - Bairro Tristeza



Mais informações em www.projetovizinhanca.art.br

E-mail: projetovizinhanca@gmail.com

"Nenhum terreno poderá ser chamado de baldio."

A proposta é confeccionar **pequenas bolotas, recheadas de adubo e sementes que você lança sobre uma área** e deixa a natureza cuidar do resto. Logo na primeira chuva, as bombas já germinam e o tempo de colheita vai depender das plantas escolhidas.

CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento dispensado aos dados foi organizado em quatro etapas. Na primeira, após a leitura dos dados obtidos através das técnicas de entrevistas e de pesquisa exploratória, codificamos frases e parágrafos das entrevistas transcritas, bem como selecionamos os principais achados da pesquisa exploratória, obtendo assim as unidades de registro.

Na segunda, as unidades de registro foram agrupadas tomando por base os fundamentos de Simmel (2006) que deram nome às grandes categorias de análise. O que nos permitiu, num terceiro momento, organizar cada uma das unidades de registro em grupos menores. Na quarta e última etapa organizamos a redação contemplando a literatura, a fala dos sujeitos e as interpretações.

5.1 A apropriação da cidade

As interações sociais que organizam o PV oportunizam espaços onde as pessoas - através das formas de sociação (SIMMEL, 2006) colaboração, cooperação e sociabilidade -, experimentam possibilidades de uma existência mais próxima e fraterna na qual podem ser atuantes e protagonistas, diferente do que ocorre no dia-a-dia, onde a realidade é repleta de formalidades e restrições (SIMMEL,1976; TÖNNIES, 1947) e desencoraja a participação das pessoas em prol da cidade e delas próprias.

A Entrevistada 1 relata que a cidade é feita pelas pessoas, mas que elas não usam os locais públicos devido a uma série de impedimentos. O exemplo que ela traz é a proibição de plantar qualquer coisa numa praça. Para ela, o plantar é um gesto que possui uma dimensão simbólica que vai muito além da ação em si. Seria possível interpretar o plantar, como uma tentativa de compartilhar algo com as outras pessoas, de deixar uma marca ou contribuição pessoal naquele território, de simplesmente embelezar a cidade ou como uma preocupação com o meio-ambiente.

Segundo Claval (1999), a ação dos indivíduos sobre o território, participando diretamente de sua configuração, relaciona-se diretamente com

o sentimento de pertencimento que, por sua vez, está associado à construção das identidades. O sentimento identitário permite, segundo o geógrafo francês, o pleno sentimento de pertencimento a um grupo.

Para a Entrevistada 1, embora exista uma vontade latente de mudança, a sucessão de pequenos impedimentos existentes na vida cotidina nas cidades acaba por desencorajar uma maior participação das pessoas. Ela ressalta que, independente de qual seja a intenção das pessoas, é preciso considerar a vontade que muitas pessoas têm de participar mais ativamente a fim de tornar a cidade um lugar melhor para viver. Segundo ela, é preciso pensar em como criar um diálogo com as pessoas que querem fazer algo, contribuir e deixar suas marcas.

Assim, espaços na cidade como o Vizinhança, mesmos que esporádicos, possibilitariam pensar o que "está difícil de pensar lá fora" (ENTREVISTADA 1). Segundo as articuladoras, as pessoas entenderiam que esses lugares - onde as pessoas apreciam estar em companhia umas das outras - foram construídos por e entre elas. Segundo a Entrevistada 1, as pessoas compreendem que esses lugares só existiram em função da participação e com o engajamento das pessoas, ou seja, porque teve quem levou cadeiras, alimentos, contribuiu limpando, preparando o ambiente etc.

Dessa forma, elas acreditam que a experiência no Vizinhança levaria as pessoas a se perguntarem: por que essa lógica não poderia ser também empregada "fora" dali? Segundo a Entrevistada 1, os eventos serviriam para as pessoas pensarem juntas a respeito de novas possibilidades em termos de convivência e de compartilhamento no ambiente urbano.

5.2 Desafiando a lógica da exclusividade

O vigor com que age o capital imobiliário (SASSEN, 2010; CORRÊA, 1989) no sentido de tornar lugares exclusivos e excludentes configura com perversidade a cidade. Porém, o PV vem demonstrando que é possível contornar essa lógica em alguma medida. A maioria das edições do PV ocorre em lugares privados cedidos pelos seus proprietários temporariamente para a realização dos eventos do PV. A Entrevistada 1 recorda de alguns

exemplos: um terreno que foi disponibilizado pelo proprietário que não sabia quando iria construir, uma amiga que já ofereceu a casa da família e

o Projeto [...] Vizinhança lá na casa da Dona Ivone Pacheco que também foi bem importante porque várias pessoas se conheceram lá, né? [...] História [...] que ela [...] tem aí com o jazz e tudo [...] O clube de jazz é fechado, né? Tem essa coisa assim do () De um ambiente pequeno e tal... E nesse momento a gente conseguiu abrir pela primeira vez o clube pra qualquer pessoa... Teve até show de criança e tal... De música de criança... Então também foi um momento bem legal e foi uma conexão bem diferente, né? A partir dali várias pessoas começaram a ir frequentar o clube da Dona Ivone também, né? (ENTREVISTADA 1)

A Entrevistada 6 também atribuiu uma importância diferenciada pelo fato da dona de uma casa no Bairro Petrópolis ter aberto as portas de sua residência para receber as pessoas do Vizinhança. A ocasião contou com charme a mais pelo fato da anfitriã ser conhecida na cena musical de Porto Alegre como "a dama do jazz".

Eu fui em outros Vizinhanças que não eram da minha região. Teve um em Petrópolis que a Dona [Ivone Pacheco], uma pessoa que canta, que é () na área do jazz. Ela ofereceu a casa dela que já costuma estar à disposição do pessoal que gosta e curte música... O Vizinhança trouxe um outro aspecto, fizeram exposição de arte, outras atividades, né? Mas teve uma parte mais forte porque era a casa da Dona [Ivone Pacheco]. (ENTREVISTADA 6)

Participar do PV suscitaria um novo olhar sobre a cidade e seus habitantes, aguçando a curiosidade em conhecer ambientes os quais não se está habituado a frequentar ou que faz parte de um imaginário coletivo cercado de curiosidade, como relata o Entrevistado 2: "O caso do casarão que a gente fez na zona sul era um lugar que muita gente queria conhecer [...] Eu acho que deve ter ido trezentas, quatrocentas pessoas. Senão mais, né?".

Figura 5. Casarão onde ocorreu a nona edição do Projeto Vizinhança. Fonte: https://www.facebook.com/pg/ProjetoVizinhanca/. Foto de Ricardo Eckert.



Os espaços organizados pelas pessoas que dão vida ao PV visariam representar, segundo a Entrevistada 1, mesmo que brevemente, o sentido de colaboração, coletividade, ambientes urbanos saudáveis e sustentáveis em uma escala agradável mas, sobretudo, oportunizar a aproximação e convivência entre pessoas. De acordo com ela, espera-se que as pessoas passem a se questionar a respeito do que farão a partir das experiências vividas no PV.

5.3 Território e pertencimento

As idealizadoras do PV relatam que na fase de preparação de cada evento do PV, existe todo um esforço no sentido de estabelecer contato com pessoas que habitam próximas do espaço onde será o evento. Para isso, elas caminham pelo bairro e conversam com as pessoas, procuram saber se naquela localidade existe uma associação de moradores, se conhecem alguém que resida próximo ou se algum amigo conhece alguém que mora ali.

A ideia é saber mais sobre o lugar, mas principalmente tentar envolver as pessoas que vivem próximas do local nos preparativos do evento. Segundo Claval (1999), o território é material, mas também simbólico por estar associado à construção das identidades e ao sentimento de pertencimento.

Engajar as pessoas que residem próximas ao local do evento reforçaria o sentimento de pertencimento (CLAVAL, 1999) com relação àquele território. As idealizadoras acreditam que é necessário conhecer um pouco do local e das pessoas antes de montar a programação. Elas orientam todas as pessoas que querem propor alguma atividade para o evento que primeiramente busquem conhecer o território. Para o Entrevistado 3, a participação está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento e à formação da identidade:

Uma das questões muito forte que a gente pelo menos entendia do Projeto Vizinhança é essa questão hã... da colaboração, mas principalmente do pertencimento, né? Das pessoas se sentirem parte de.. disso... e... eu acho que bem a questão de protagonismo também porque as pessoas vão lá e fazem, né? Elas são ativas nesse processo e tu cria uma grande identidade, uma grande equipe, um grande time hã... Era muito o que a gente percebia do Projeto Vizinhança. (ENTREVISTADO 3)

A participação seria a forma das pessoas imprimirem no território suas marcas, além de construir e compartilhar memórias. Conforme os relatos dos entrevistados, as intervenções em sua maioria são temporárias, mas a experiência vivida permanece em alguma medida.



Figura 6. Imagem de intervenção artística.

Intervenção artística de Cles Lachmann.

Participar de eventos como o Vizinhança e com isso poder transitar por territórios regidos por esquemas de percepção (BOURDIEU, 1998) diferentes dos quais se está habituado, parece tornar possível a construção de novas

relações entre as pessoas e entre elas e a cidade, conforme é possível perceber na fala do Entrevistado 3:

É um lugar assim muito verde com mato e tudo... e o pessoal que foi hã... né? Tipo Centro... Zona Norte assim... hã... ficou encantado com a beleza do lugar e demonstrou muito isso... e... e o pessoal da comunidade não tá acostumado a ver aquilo como algo bonito. Então isso foi uma das coisas que me chamou bastante a atenção assim, sabe? Foi todo mundo dizendo: "Nossa! Mas que bacana! Que lindo!", não sei o que... Claro que é uma coisa que também não é a nossa realidade, é uma vez ir lá atravessar uma trilha... () negócio pra nós é super legal, é radical, enquanto pra eles no dia a dia é bem pensoso, né? Ter que passar por aquilo ali não tendo uma... um acesso facilitado, enfim [...] O mais legal assim... é... é cada um ir quebrando um pouco de suas crenças e se aproximando... E muito do que eu conversei com a... com a E2 assim... e com a E1... isso foi o mais bacana, sabe? Foi a gente ter conseguido de fato fazer algo muito bacana, muito legal e num lugar que não teria essa oportunidade. Então... é um lugar que é bastante periférico, é longe da cidade... onde a maioria do jovem [...] quando [...] vem mais pra zona mais central [...] fala: "Há! estamos indo pra Porto Alegre!". Porque não se consideram Porto Alegre e... acabam ficando muito distante de tudo assim... então quando as coisas vão até esse espaço é muito legal, né? [...] Eu acho que o sentimento de pertencimento é muito forte... disso... o que gera também uma auto-estima de tu enxergar o bonito, de tu ver que é possível. (ENTREVISTADO 3)

Figura 7. Imagem aérea do local da décima edição do Projeto vizinhança. Fonte: https://www.facebook.com/pg/ProjetoVizinhanca/.



Locais da 10ª Edição do Projeto Vizinhança

5.4 Os tentáculos do sistema

Verificou-se que o PV organiza espaços de colaboração que em muito lembram o mundo da vida descrito por Habermas (1992), onde prevalece as

ações pautadas pelo agir comunicativo e pelo entendimento. Porém, como o PV é organizado estratégicamente, neste ponto residiria um paradoxo: é possivel afirmar que o PV seria um simulacro do mundo da vida descrito por Habermas (1992), porém estratégicamente organizado?

Parece evidente que o PV precisa também do mundo do sistema (HABERMAS, 1992), da organização estratégica, assim como precisa de recursos financeiros. A Entrevistada 2 relata que já foi preciso vender camiseta e caneca do Projeto para angariar fundos para comprar mantimentos para, por exemplo, começar o café da manhã nos eventos.

A gente já vendeu camiseta e caneca do projeto pra angariar fundos. A gente vai ter que fazer de novo. Mas assim [...] Precisamos também, né? Comprar o mínimo umas coisinhas prá começar o café da manhã. A gente tem o almoço também que é sempre um churrasco ou alguma coisa de grelha assim. (ENTREVISTADA 2)

A pesquisa exploratória também apontou que o PV precisa lançar mão de recursos financeiros para viabilizar seus eventos. Exemplo disso, foi a utilização do Catarse (https://www.catarse.me/ projetovizinhanca) - que é um *crowdfunding*, ou seja, uma plataforma on-line de financiamento coletivo -, para captar os recursos necessários para a realização do sétimo e do oitavo encontro do PV, bem como para a construção do Depósito dos Sonhos, um projeto paralelo ao PV que consiste em um banco de materiais à disposição de outros projetos que também não possuem recursos.

Na ocasião, o PV, sob a chamada 'Reinventando o cotidiano através da arte de conviver', solicitou, através do Catarse, um apoio de R\$ 8.000,00. De acordo com o valor doado, o contribuinte recebia um determinado tipo de recompensa que consistia desde uma menção no banner do evento até sacolas, camisetas, copos de cerâmica, kit lanche, caderno, revista, pernoite em pousada etc. A campanha resultou em um total de R\$ 8.895,00, que foram obtidos através da contribuição de 151 pessoas. Segue imagens de alguns exemplos de recompensas:

Figura 8. Camiseta com ilustração de Diego Ferrer. Fonte: https://www.catarse.me/projetovizinhanca.



Figura 9. Canecas de cerâmica personalizadas com o logotipo do PV. Fonte: https://www.catarse.me/projetovizinhanca.



Figura 10. Sacola de feira desenvolvida pela artista Eleonora Fabre a partir da reciclagem de banners de eventos.



Na entrevista feita por João Diogo Correia do site Hypeness sobre o PV junto às suas idealizadoras, elas relatam o esforço para angariar recursos para viabilizar os eventos:

Estamos tentando encontrar os caminhos. Nossa dificuldade, como em todos os projetos sem fins lucrativos, é mesmo a falta de recurso. Realizamos em abril uma capanha muito feliz no Catarse, um site de financiamento coletivo [...], através da qual conseguimos uma verba para realizarmos as edições deste ano em Porto Alegre e com a qual também conseguimos montar aquilo a que chamamos de "Depósito dos Sonhos". Trata-se de um lugar onde guardamos uma série de equipamentos que adquirimos caom a verba e que emprestamos para todo os grupos da cidade que necessitem. Procuramos comprar itens que fossem úteis a todos. Também buscamos verbas através dos editais. (HYPENESS, 2014)

As pessoas que organizam o PV precisam encontrar formas de contornar a escassez de recursos através de improvisos e uma boa dose de criatividade, o que contribui para que as pessoas busquem soluções de forma conjunta. Devido a pouca disponibilidade de recursos, as pessoas se envolveriam positivamente, como aponta a fala do Entrevistado 3:

Foi bacana porque tiveram várias limitações assim... e eles mesmos resolviam. Então () tinha como a gente conseguir ligar um cabo de som... o pessoal conseguiu... conseguiu açúcar com a () ... o pessoal meio que se envolveu e... e viu algo bonito ali, sabe? (ENTREVISTADO 3)

Porém, os organizadores indicam que muitas pessoas estão acostumadas a serem servidas, mandadas, a terem tudo praticamente pronto. Conforme relato das idealizadoras, algumas pessoas têm, num primeiro momento, uma postura mais passiva, de quem espera uma solução ou orientação. A Entrevistada 2 exemplifica: "não é a [Entrevistada 2] e a [Entrevistada 1] que vão servir de bandeja o cafézinho pra ti. [...] Acabou o café? [...] Faz, sabe?".

O processo de sociação (SIMMEL, 2006) pelo qual o PV é organizado oportunizaria ao indivíduo ser atuante em contraponto a uma realidade quase sempre dada, acabada e imposta, principalmente por causa do uso do dinheiro conforme indica a fala da Entrevistada 2: "É sempre mais fácil pagar, né? Porque muitas pessoas perguntam "quanto é que eu tenho que pagar?". Não, tu não tem que pagar nada". Isso aconteceria porque vivemos em um mundo onde o dinheiro é visto como um meio (SIMMEL, 1983) pelo qual seria

possível obter um mundo acabado, no qual todas as coisas poderiam ser adquiridas como se fossem produtos (MARX, 2014).

Outro fator responsável pela disposição anímica (SIMMEL, 2009) das pessoas na modernidade seria decorrente da crescente substituição das interações físicas e presenciais por interações virtuais. Na contação de histórias, a Entrevistada 5 diz perceber a dificuldade que muitos pequenos têm em exercitar a imaginação e relaciona isso ao fato de que meios reais estariam sendo substituídos pelos virtuais. Sobre a sua experiência com crianças na contação de histórias - atividade presente em várias edições do PV -, a Entrevistada 5 narra:

Então eu coloco na mão uma maçã, né? Lá da Branca de Neve... eu digo que eu tenho uma maçã vermelha, brilhosa.. hã... mas a maçã não tá ali fisicamente... e aí... hã... eu vejo que tem crianças que se esforçam pra... pra criar isso dentro da sua cabecinha ou já dizem "Não! A maçã não tá aí!". (ENTREVISTADA 5)

Nesse cenário, onde parece imperar o dinheiro e as interações virtuais, faria da experiência no PV um exemplo para as pessoas de que elas conseguem, por meio de outros recursos, como a própria iniciativa e a ajuda mútua, contornar obstáculos, encontrar soluções e se auto-organizar.

Embora não possua finalidade econômica, o PV é utilizado pelo capital como um meio para sua expansão, pois muitas ideias e contatos compartilhados nos eventos fazem surgir negócios fora dali, confirmando que no capitalismo as relações passaram a ser mediadas também através do dinheiro (SIMMEL, 1989). É o que aponta a fala da Entrevistada 2: "Uma coisa que começa voluntária e tudo mais até gerou renda pra algumas pessoas. [...] A () que expôs fotos no Projeto Vizinhança... Teve gente procurou ela depois pra comprar as fotos".

Como Porto Alegre está com um *boom* de bazares, é comum as pessoas pedirem para vender seus produtos nos eventos do PV, conforme observa a Entrevistada 2. Nesses casos, as idealizadoras sempre deixam claro que o propósito não é esse, que o PV não é uma feira.

5.5 O capital social: as redes sociais e os meios eletrônicos

O capital social (BOURDIEU, 2013) é outra forma de capital presente no PV. Ele se intensifica na medida em que a rede social do PV organiza novos eventos. A Entrevistada 2 recorda que nas primeiras edições demorava mais para fechar a programação do evento porque a rede social era menor.

Na mesma direção, a Entrevistada 1 relata que para organizar a segunda edição foi necessário pedir ajuda para uma pessoa de cada vez: "a gente tinha que tipo [dizer] assim: "Há! vamos ajudar a gente? A gente tá fazendo um projeto assim, que tu acha de fazer uma atividade lá e tal?". Porém, segundo ela, no segundo evento já foi possível perceber reflexos positivos da primeira edição, o que acabou encorajando o ingresso de novos colaboradores na rede. A partir daquele momento, de acordo com as idealizadoras, a rede tem se intensificado progressivamente.

As Entrevistadas 1 e 2 acreditam que a implementação de um projeto como o Vizinhança se torna mais fácil quando os articuladores do projeto têm uma rede social abrangente. Elas contam que, por participarem de vários grupos distintos, antes mesmo do PV existir, possuíam em suas redes sociais pessoas ligadas às mais diversas áreas. Elas relatam que então somaram suas redes de amigos e de pessoas conhecidas, e essas pessoas também trouxeram para a rede do Vizinhança pessoas de suas redes. Dessa forma, essas conexões continuaram a se multiplicar.

A gente já tem grupos de amigos maiores, então a gente fecha a programação muito rápido. Se antes a gente ficasse: "Há! estamos com as atividades abertas". Hoje em dois toques a gente fecha [...] Duas pessoas no primeiro [PV] ficam amigas e nossos amigos e daqui a pouco, no próximo, é três... Depois parece exponencial, né? ((risos)) [...] Então tem muito isso assim, de pessoas que ficaram bem próximas [...] Que ficaram muito, muito, muito nossos amigos. Eu arranjei namorado inclusive ((risos)) [...] Várias pessoas assim que [...] a gente consegue ver que ficaram amigas em função do [PV] [...] Um foi chamando outro pra ir [...] (ENTREVISTADA 2)

A Entrevistada 6 relata brevemente como reuniu um pequeno grupo de pessoas a partir de sua rede social e os integrou na organização do PV:

Esse lá do castelinho da Zona Sul eu combinei () com o nosso pequeno grupo e... somos todos artistas que frequentam o Atelier Livre da Prefeitura... então dessa vez eu convidei a () [...] Eu comentei com os poetas... essas colegas do Atelier Livre... mais uma artista que eu conheci num outro evento de arte... () que é fotógrafa... com quem eu me liguei muito depois disso... então eu fiz esse convite pra essas pessoas ... que entraram também... pelo menos uma pessoa que eu me lembro que ela disse que é... sempre foi no Vizinhança... desde o início... que é ceramista... que é a ()... que também é fotógrafa... então fizemos um grupo. (ENTREVISTADA 6)

Entre as pessoas que integram a rede de pessoas que organizam os eventos do PV existe uma espécie de revezamento. Nunca todas as pessoas da rede estão disponíveis e por conta disso, conforme explica uma das idealizadoras, a organização social que dá vida ao PV é denominada de coletivo aberto. A Entrevistada 1 explica essa questão:

É muito difícil hoje um coletivo se manter. Eu acho, né? Não tenho experiência assim de um coletivo mesmo, mas a gente já vê que os núcleos que a gente organiza assim, essas reuniões periódicas, essas coisas são difíceis. Então a gente acha bem boa essa maneira de trabalhar porque as pessoas elas vão trabalhar conosco quando elas estão a fim de trabalhar, né? Então a gente chama de [...] coletivo aberto porque nessa edição hã... tu está disponível hã... O [X] está disponível... não sei mais quem... Então, é essa turma que vai. E hã... [...] Na próxima [Y] não vai poder... [...] Hã... Então na próxima edição são outras pessoas que estão disponíveis. [...] Aí então a gente diz que o nosso coletivo são duas pessoas até setenta. Que já participaram nessa organização [...] (ENTREVISTADA 1)

Conforme as Entrevistadas 1 e 2, depois que a rede social do PV se intensificou, basta fazer uma chamada pelos meios eletrônicos que a programação fecha rapidamente. O PV utiliza os meios eletrônicos para se comunicar com os colaboradores e com o público, mas também para ampliar sua rede social. A importância que esses recursos têm para o PV, fica evidente na fala da Entrevistada 1: "A gente aciona tudo [Facebook e Whatsapp], né? É muito legal isso, né? Porque tu aciona tudo através do virtual para a construção do real, né?".

O Entrevistado 3 lembra da ocasião na qual algumas pessoas souberam do evento do PV pelo Facebook e resolveram fazer uma apresentação musical. Mas, para que isto fosse possível, o Entrevistado 3 relata que foi necessário todo um esforço em conjunto: "a gente buscou eles

[...] e aí faltou um instrumento [...] conseguiu com outro... mas [...] foi muito legal assim... e todo mundo acabou ficando feliz com aquele processo".

Embora os meios eletrônicos se mostrem muito úteis, parece claro para os organizadores que eles não substituem os contatos físicos como, por exemplo, aquele bate-papo presencial para falar sobre o evento e conhecer melhor o local, atividade esta que as idealizadoras dizem ser imprescindível na fase de preparação de cada evento. Os dispositivos eletrônicos nem sequer eliminaram àquela divulgação do evento na qual pequenos papéis são depositados nas caixinhas de correspondências nas imediações dos eventos.

Além disso, a abordagem nas ruas isenta de interesses econômicos é algo tão raro de acontecer no dia-a-dia das grandes cidades (BAUMAN, 2007) que, quando ocorre, parece causar estranhamento. A fala da Entrevistada 7 relata a experiência do primeiro contato que teve com as idealizadoras do PV na rua:

Eu sou de caminhar pelo bairro e tal... vi que tinha uma movimentação diferente... fui ali e perguntei o que era... acho que falei com a [Entrevistada 2] ou com a [Entrevistada 1]... não lembro... e elas me explicaram: "olha a gente vai estar fazendo uma programação durante essa semana aqui... vão ter várias atividades... é tudo aberto a quem quiser participar" e... nossa! Eu achei super legal assim... eu... a gente fica até um pouco surpreso assim... mas como... e... não paga nada? "Não". E a gente pode chegar assim, sem fazer inscrição? "Pode". É tudo muito livre, muito fluido... e eu achei o máximo assim [...] (ENTREVISTADA 7)

De toda forma, parece existir uma relação de complementaridade entre o uso do meio físico e do virtual pela organização do PV, pois cada canal possui o seu próprio potencial de alcance.

5.6 O capital cultural

Segundo Simmel (2006), os indivíduos entram em sociação e se organizam em função de seus conteúdos. Isto parece evidente ao verificar que a organização social do PV decorre de um interesse em comum entre suas idealizadoras: criar espaços de convivência lúdicos na cidade que propiciem o compartilhamento e a troca de ideias. Quando se conheceram em um encontro promovido pelo Translab, a Entrevistada 1 e Entrevistada 2 -

articuladoras do PV - identificaram que possuíam em comum o interesse nas possibilidades que os espaços da cidade poderiam oferecer em termos de convivência e integração. A Entrevistada 2 recorda a ocasião em que se conheceram:

Essa atividade que a gente acabou se conhecendo era uma atividade que tinha a ver com a cidade. [...] Era uns encontros [...] que [...] a chamada era: "Quem se importa com a cidade". Então a gente fazia encontros e a gente debatia vários assuntos, vários temas, ideias. E de fato várias ideias que surgiram ali foram executadas. [...] Não era o Projeto Vizinhança ali, era outras coisas, mas graças a isso eu e ela nos conhecemos. (ENTREVISTADA 2)

A atração pelo tema é atribuída por elas à suas formações: a Entrevistada 1 em Arquitetura e Artes Visuais com mestrado em Arquitetura, Arte e Espaço Efêmero e, a Entrevistada 2, com formação em Publicidade, com passagem pela Arquitetura. Pontuam também a experiência de vida da Entrevistada 1 relativa ao tempo em que morou em Barcelona, bem como as pesquisas da Entrevistada 2 sobre *pop-up galleries* - galerias efêmeras que ocupam espaços ociosos, como, por exemplo, vitrines de lojas que estão para alugar em cidades norte-americanas, asiáticas e européias - e sobre o que aconteceu com os espaços de Detroit após a saída das grandes montadoras de automóveis.

A Entrevistada 2 relata que conheceu o PV na primeira edição, ocasião na qual a Entrevistada 1 lançou sozinha o PV em paralelo a outro projeto que materializou uma galeria de arte virtual por alguns dias em um imóvel que estava para alugar. A Entrevistada 2 lembra que naquele momento teve a sensação de que era como se estivesse visitando os lugares sobre os quais pesquisava, pois o evento possuía características semelhantes àquelas que observava em seus estudos: a ocupação de um imóvel ocioso, a presença de arte e o fato de que não se tratava da construção de um território permanente, mas de um espaço provisório para compartilhamento, convivência e reflexão.

É possível observar que as inquietações que deram origem à parceria existente entre as idealizadoras do PV são frutos de conhecimentos reconhecidos socialmente como legítimos, ou seja de um capital cultural

(BOURDIEU, 2013) composto por: a formação em cursos superiores, trabalhos de natureza intelectual, o trânsito no universo das artes, bem como a uma experiência de vida no exterior. Observa-se também que além das idealizadoras, todos os entrevistados que colaboraram em alguma medida na organização do Projeto Vizinhança possuem formação superior. Exemplo disso, destaca-se uma doutora em Física e um doutorando em Administração.

Parece evidente que para obter capital cultural (BOURDIEU, 2013) é preciso lançar mão de recursos financeiros. Dessa forma, seria possível afirmar que o capital cultural está inscrito na lógica monetária. Então, surge o seguinte paradoxo: o PV teria sido concebido e organizado a partir de elementos inscritos na lógica capitalista ao mesmo tempo em que buscaria contornar o tipo de racionalidade - a instrumental - presente nas relações interpessoais nas grandes cidades.

5.7 O capital simbólico

Através dos relatos dos organizadores, identificamos a presença de elementos simbólicos no processo de sociação (SIMMEL, 2006) que organiza o PV através dos quais as pessoas tomam consciência do que é partilhado (CLAVAL, 1999) como, por exemplo, os valores adotados pelo grupo, os aspectos necessários para uma convivência fraterna e a valorização daquilo que cada um é capaz de contribuir.

Além disso, o PV operaria quase como uma carta de recomendação do interlocultor como uma pessoa de bem e confiável, como é possível observar na fala da Entrevistada 5:

A gente já se comunica como se... "Oi tudo bom? A gente se conheceu no Vizinhança", entende? [...] É assim... é... é uma coisa muito enraizada, sabe? Então, quando eu circulo em outros lugares... que eu encontro as pessoas que eu encontrei no Vizinhança... mesmo fora do Vizinhança a gente se... hã... quando a gente se vê é como se a gente se transportasse pro Vizinhança e aí a partir dali começasse uma conversa, sabe? Então... [...] como a gente tem o mesmo propósito é muito fácil, muito bacana essa comunicação [...] E mesmo () que eu não tenha conhecido diretamente, mas o amigo do amigo do amigo é quase como se fosse teu amigo, entendeu? (ENTREVISTADA 5)

O PV também parece fornecer ganhos de valor simbólico para seus colaboradores como: capital social (BOURDIEU, 1998), ao possibilitar a ampliação da rede social pessoal; sentimento de pertencimento (CLAVAL, 1999), ao oportunizar ao indivíduo que se sinta parte do grupo e até mesmo status social (BOURDIEU, 1998), na medida em que o indivíduo se sente valorizado pelas demais pessoas pelo fato de participar do PV.

5.8 Os conteúdos presentes nos indivíduos

Segundo Simmel (2006), os indivíduos possuem conteúdos que são realizáveis através de formas de interação social. Para ele, estes conteúdos abarcam tudo o que há no interior do indivíduo (SIMMEL, 2006). Sendo assim, seria possível afirmar que esses conteúdos contemplariam, entre outros aspectos, os saberes, o que permanece das experiências vividas, as vontades, as inclinações, os gostos, os conhecimentos, as estimas, as capacidades, as aptidões etc.

Parece ser em função das aptidões - a capacidade de realizar tarefas - que a distribuição de tarefas entre os colaboradores é realizada inicialmente a fim de elaborar a programação, o que teria acontecido inclusive entre as próprias articuladoras do PV. Segundo elas, o primeiro passo para organizar um evento - semelhante aos que são feitos pela organização social do PV - é identificar as habilidades presentes em suas redes sociais: "Quem é a que a gente conhece que faz coisas?", perguntam-se. De acordo com as idealizadoras, logo no primeiro momento fizeram isto espontâneamente entre si, ao perceberem-se como uma sendo a mais comunicativa da dupla, enquanto que a outra, a mais familiarizada com a tecnologia e seus dispositivos, conforme recorda a Entrevistada 2:

A [Entrevistada 1] tem as habilidades dela e eu tenho as minhas, então a gente se complementa. Então, [...] por exemplo, a [Entrevistada 1] já é bem mais de falar com as pessoas na rua e eu já sou mais tímida, mas em compensação eu já sou mais da tecnologia então [...] eu tenho facilidade de fazer site, fazer coisa no Facebook. Então a gente sempre se dividiu muito bem porque é importante tanto essa parte de cutucar as pessoas na rua e falar, como é importante a parte tecnológica que as pessoas vão ter acesso pela internet às informações do Projeto. Então, isso foi um casamento super bom de habilidades, né? (ENTREVISTADA 2)

Além disso, segundo as idealizadoras, sempre houve um cuidado para que todo e qualquer fazer fosse reconhecido na mesma medida: quem sabe cuidar da arrumação, da decoração, do preparo dos alimentos, das atividades artísticas em geral etc. Nesse sentido, a Entrevistada 1 diz: "prá nós não tem muita diferença [entre] um artista top [...] e uma senhora que sabe fazer um bolo delicioso [...] as duas coisas são absolutamente importantes". A valorização das diferentes aptidões existentes parece ser uma política tácita entre os organizadores do PV.

Porém, nem sempre os papéis são definidos à priori, pois o lugar ocupado pelos participantes, em muitos momentos, se constrói em função das necessidades da própria situação. Exemplo disso é o que aconteceu com a Entrevistada 5, que se descobriu contadora de histórias através do PV. Ela queria construir uma atividade para oferecer aos participantes do PV, quando identificou que tinha vontade de contar histórias para crianças, mas nunca tinha feito isso. A Entrevistada 1 lembrou desse momento em seu relato:

E a [Entrevistada 5] tinha uma vontade de contar histórias [mas] nunca tinha contado histórias. [...] Ela chegou prá nós assim: "aí gurias eu queria contar histórias e tal mas não sei porque eu nunca fiz isso". Nós: vai fazer. Faz! Faz que a gente te quer aqui. Vem contar história e tal. E ela começou contado história no Projeto Vizinhança e hoje é uma contadora de histórias profissional. (ENTREVISTADA 1)

A Entrevistada 5 menciona que, ao compartilhar essa vontade com as idealizadoras do PV, recebeu incentivo para dar vazão a essa vontade até então não realizada - a esse conteúdo (SIMMEL, 2006) não explorado -, fazendo com que, após várias edições do PV e vários convites que surgiram a partir dali para trabalhar em pequenos eventos, acabasse por se tornar uma contadora de histórias profissional.

Oportunizar a realização de conteúdos individuais (SIMMEL, 2006) e com isso compartilhar com o grupo saberes - ou aquilo que pode ser obtido a partir deles - seria também uma forma de incentivar as pessoas a formar laços sociais. Assim, a realização desses conteúdos individuais traria benefícios para as demais pessoas. Tal prática talvez oportunize a aproximação entre pessoas que possuem realidades socioeconômicas

distintas. Embora seja possível inferir, a partir da fala dos entrevistados, que a maioria dos eventos compreende quase que exclusivamente pessoas provenientes do mesmo estrato social: a classe média.

A Entrevistada 1 relata que a oportunidade de interagir com o maior número possível de pessoas que sabem fazer coisas diferentes é muito enriquecedor para as experiências individuais. Sendo assim, seria possível supor que ao mesmo tempo em que os indivíduos realizam seus conteúdos (SIMMEL, 2006), também absorvem ou constroem novos conteúdos a partir da interação com outras pessoas.

5.9 O lúdico

A experiência da contação de histórias no PV revelaria que o apelo lúdico dessa atividade seria capaz de acessar as memórias de infância nos adultos, o que parece ser um meio de quebrar a rigidez presente na vida moderna (BAUMANN, 2007). A atividade de contação de histórias foi concebida para as crianças, porém, conforme relata a contadora de histórias, desde a primeira experiência esses momentos captaram a atenção e a curiosidade dos adultos. O mundo da imaginação e da fantasia, das coisas simples e ao mesmo tempo fantásticas preencheriam o vazio de vidas carentes do que é puro e singelo. Segue o relato da contadora de histórias:

Achei que eu poderia ajudar [...] contando histórias pras crianças [...] enquanto os pais participavam das oficinas [...] mas depois inverteu assim, né? [...] Enquanto eu tava contando histórias não tinha ninguém na oficina. Estava todo mundo escutando histórias... as crianças e os pais, né? [...] Os adultos se conectam muito com as histórias infantis porque acessam as suas memórias, né? (ENTREVISTADA 5)

Além disso, a contação de histórias também revelaria que o papel desempenhado pela criança no processo de sociação (SIMMEL, 2006) que organiza o PV, seria o de elo para novas interações, conforme observa a fala da Entrevistada 5:

E quem leva o adulto pra contação é a criança, né? Porque tem adulto que quer ouvir a história mas fica com um pouco de vergonha e assim e tal... e a criança que carrega... e como é um espaço coletivo... colaborativo... e a gente promove isso... então

todo mundo hã... hã... participa... então daqui a pouco tá todo mundo de mão dada e a criança ela já pega direto na mão de quem tá do lado, né? Então com certeza a criança é... ela é assim um elo bastante significativo nesse espaços... com certeza! Nossa! Eu não consigo pensar assim o Vizinhança sem criança... Elas são realmente muito especiais. Foi muito legal o último que a gente fez. Foi muito legal! Tinha muita criança... muita criança... e elas foram incríveis! (ENTREVISTADA 5)

A Entrevistada 6 recorda: "sempre o Projeto Vizinhança tem atividades para crianças". A pureza, a autenticidade e a facilidade com que as crianças fazem novos amigos, se comparado ao mundo dos adultos, lembra em muito o Mundo da Vida de Habermas (1992), no qual predomina o agir comunicativo.

5.10 As memórias e o imaginário coletivos

Os lugares e suas memórias são fontes de identidade coletiva, fortalecem o sentimento de pertencimento e estão associados à dimensão simbólica dos territórios (BRUNET et al., 1992 apud CLAVAL, 1999). Conversar (SIMMEL, 2006) com as pessoas sobre os lugares e suas histórias e lendas é resgatar as memórias e fazer com que as pessoas se recordem das referências que compartilham. Isto acaba por reforçar a identidade e o sentimento de pertencimento (CLAVAL, 1999) com relação ao bairro onde vivem e com relação à comunidade a qual fazem parte.

Tem um trabalho todo que [...] é a memória. [...] O pessoal acaba indo, acaba contando velhas histórias como o bairro era, como o bairro deixou de ser, o que que tinha, o que [...] não era o que se imaginava na casa... No casarão da (). O que era que habitava o imaginário das pessoas. Há! Aqui diziam que morava não sei que e... Sabe? Várias histórias e lendas em torno do casal que morava ali, que era dono de uma livraria, né? Enfim... Coisas que eu acho que até são verdadeiras, né? Que ele se inspirou em viagens... Que eles faziam muitas viagens pra construir aquela casa pra ela, né? Coisas assim, sabe? (ENTREVISTADA 1)

As pessoas percebem a importância de preservar as memórias referentes às ruas, aos bairros e à cidade. A Entrevistada 6 relata que certa vez identificou um lugar que estava mudando rapidamente e que nele havia estátuas e demais resquícios históricos abandonados. Por conta disso, sugeriu ao grupo que fizessem registros fotográficos como uma forma de preservar o que resta da memória de uma época representada por aqueles objetos e construções.

5.11 A solidariedade

No processo de sociação (SIMMEL, 2006) que organiza o PV está também presente a forma de reconhecimento recíproco denominada de solidariedade (HONNETH, 2003). Nela está inscrita a necessidade de estima social mútua que, segundo Honneth (2003), consiste em um julgamento intersubjetivo com relação a capacidades e realizações.

Tem uma rede muito forte ali, como se todos tivessem o mesmo propósito. Então é muito fácil a comunicação entre as pessoas que tão ali. Bom... já que todo mundo quer a mesma coisa, então todo mundo se ajuda da mesma forma, sabe? Isso é muito legal! [...] O que eu acho que mais toca a [...] a maioria pelo menos das pessoas que tão lá é realmente conseguir [...] trazer os vizinhos, né? Então isso a gente fala muito... assim, né? [...] Esse propósito do servir [...] eu acho que é... é coletivo assim... Então, quando a gente se encontra, se fala, a gente lembra sempre com muito carinho de hã... hã... por ter sido um Projeto... por ser um Projeto voluntário. Todo mundo tá ali de coração... ninguém... as coisas até podem acontecer depois dali, mas ali... que nada se vende ali, né? E não tem esse propósito... ninguém tem... eu nunca fui no Projeto Vizinhança pensando: "há! vou lá que lá é uma vitrine tem um monte de criança vão me contratar". Isso nunca me passou pela cabeça. E eu acho que é meio hã... isso é meio geral assim... [...] É... é... eu não sei se eu tô... se eu consigo explicar porque é uma coisa tão... é tão coração que... quando é coração assim é difícil de... de traduzir pra palavras assim, né? (ENTREVISTADA 5)

A estima social compartilhada pelos organizadores do PV estaria relacionada com a forma de sociação (SIMMEL, 2006) colaboração, pois a ajuda mútua ou unilateral parece gerar um reconhecimento intersubjetivo sobre as ações e o que elas representam. Os organizadores compartilhariam de um sentimento de satisfação ao proporcionar boas experiências para outras pessoas. A Entrevistada 7 fala sobre o seu sentimento ao fazer algo pelas outras pessoas: "Na verdade a gente se sente bem fazendo isso... sabendo que outras pessoas também vão desfrutar de coisas, de atividades legais... e que pode contribuir um pouquinho, né?".

Na organização social que dá forma ao PV, a estima social também estaria relacionada ao fato, não verbalizado, dos organizadores enxergaremse como agentes a serviço de um nobre propósito. Os trabalhos voluntários costumam ser socialmente percebidos como ações que pressupõem virtuosidade e generosidade. Porém, isso em momento algum nas entrevistas emergiu como exibicionismo, mas enquanto um reconhecimento recíproco

referente às intenções compartilhadas entre os organizadores e percebidas por eles como valorosas.

5.12 Os esquemas de percepção

O PV é um meio que também possibilita conhecer esquemas de percepção e apreciação - habitus (BOURDIEU, 2013) -, diferentes daqueles que se está familiarizado. Talvez isto tenha ficado mais evidente no evento que foi realizado em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, o lugar mais distante da área central da cidade em que já foi realizado um Vizinhança. Sobre esta ocasião, a Entrevistada 2 relata sua experiência:

Eu achei muito fantástico porque pra mim foi [...] um dos mais especiais no sentido da gente ter um contato com uma comunidade com um perfil muito diferente do nosso, né? Pessoas que tão numa situação de vulnerabilidade social muito grande [...] Já que o nosso projeto [...] indiretamente fala da questão do morar, né? Vizinhança te traz isso, né? E aí tu vê as pessoas morando em casebres [...] Situações muito ruins [...] de moradia te provoca um monte de questionamentos, sabe? [...] Crianças atravessando uma estrada praticamente sozinhas e então [...] a gente tinha uma preocupação. [...] Que eram muitas crianças e [...] então foi um pouco sui generis assim esse Vizinhança. Eu amei assim... Pra mim foi uma experiência de vida maravilhosa. Há! Gostaria que a gente fizesse novamente em espaços como esse assim porque eles também nos trazem muita coisa, né? De como que eles lidam com a questão da vizinhança, da comunidade, da organização, né? [Que] é bem diferente. (ENTREVISTADA 2)

Experiência como esta mostra para as pessoas que existe uma pluralidade de realidades dentro de uma mesma cidade. É um exercício para desconstruir um pouco a visão que temos sobre onde vivemos e sobre as pessoas que transitam pelas ruas.

É legal pra... pra gente entender como cada um enxerga com uma lente, né? O próprio pessoal do Vizinhança tinha levado um negócio de arte... meio contemporânea assim... e eles [os organizadores do Vizinhança] tavam achando muito bacana e o pessoal [da comunidade] não tava entendendo o que que era "aquelas mulher pelada com umas coisa estranha", sabe? Então acho que isso é muito bacana assim... porque tu acaba tirando hã... vendo com outras lentes, né? Porque a gente tá sempre muito acostumado com os nossos próprios meios e... junto teve uma super apresentação de noite... mais à noitinha assim... que era um grupo de coral e [...] já era mais tarde e... e pra nós a gente achou que não teria tanto problema... mas no fim ficou só nós da Convexo e o pessoal do Vizinhança... e o pessoal da comunidade já foi embora porque tava muito tarde e eles tinham outras coisas para fazer e a gente não se ligou nisso, né? A gente acabou pensando

com a nossa cabeça e nem tanto com a deles. (ENTREVISTADO 3)

Experiências que desacomodam parece fazer com que as pessoas encarem as diferenças que são tão ignoradas no dia-a-dia. Sobre o que observou, a Entrevistada 1 fala: "Eles [as pessoas de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social] têm muita troca, né? [...] Um pai cuida de filhos de todo mundo ali, né? Então, eles tão mais próximos fisicamente mas [...] num outro nível".

Outro exemplo de sistema de esquemas foi observado quando uma autoridade - não oficial - do local foi consultada por uma das mães da comunidade para saber se autorizaria a realização de um evento naquela área. Essa mãe, que conhece aquele sistema, fez uma ponte de comunicação entre a liderança local e os organizadores. Somente assim foi possível realizar o evento naquele lugar: entendendo a realidade local e as suas limitações como, por exemplo, não estender o evento até à noite.

5.13 As formas de sociação

Outra forma lúdica presente nos eventos do PV é a forma de sociação denominada sociabilidade (SIMMEL, 2006). Na percepção dos organizadores, as pessoas aderem ao PV principalmente pelo prazer que os momentos de convivência e compartilhamento proporcionam. O apreço pela interação sociável pode ser verificado na fala da Entrevistada 2: "os [eventos] que mais eu lembro com carinho assim são foram os que [...] eu consigo conversar, consigo ter uma proximidade [...] claro, pensando em mim, né? No meu gosto". Este relato também converge com outra questão que Simmel (2009) sinaliza em sua obra: grupos menores oportunizariam as interações sociais.

De acordo com os organizadores, a atmosfera de informalidade em torno dos eventos é uma das características que favorece a aproximação entre as pessoas. Direção oposta de como as relações interpessoais se apresentam na vida cotidiana, onde o trato com as pessoas em geral obedece uma série de protocolos (TÖNNIES, 1947).

Verificou-se também que as formas de sociação (SIMMEL, 2006) colaboração e cooperação quando voltam-se para a construção de momentos de convivência fraternos promovem a sociabilidade descrita por Simmel (2006), na qual existe prazer recíproco na interação. As idealizadoras do PV parecem relatar como se daria esse processo na entrevista feita por João Diogo Correia do site Hypeness:

Nós acreditamos que as pessoas precisam estar mais próximas, precisam de uma oportunidade ou de uma "desculpa" para conhecer o outro, porque as relações já não são mais tão espontâneas quanto em outros tempos. Existe uma passividade muito grande. Por isto, o Projeto Vizinhança aposta nestes encontros que acontecem em diversos momentos do projeto. As pessoas se conhecem e conversam enquanto pintam uma parede ou arrumam um jardim e o que as une é, neste primeiro momento, aquela atividade e a partir dela surgem outras conexões. Quem vai até o Projeto para qualquer uma das situações, como voluntário, participante ou apenas espectador está dizendo, no fundo - sim, eu quero algo deste encontro! E ninguém sai de lá como chegou, a energia é tão pulsante que contagia [...] (HYPENESS, 2014)

Dessa forma, a sociabilidade (SIMMEL, 2006) relacionada ao PV aconteceria na forma de *happenings*, pois, de acordo com os relatos, ela aparenta ocorrer na forma de acontecimentos no decorrer do compartilhamento de tarefas como, por exemplo, ao pintar uma parede ou arrumar o jardim, bem como durante as oficinas.

As formas de sociação (SIMMEL, 2006) colaboração, cooperação e sociabilidade - empregadas de maneira a valorizar uma convivência mais fraterna - parece configurar a organização social que constitui o PV. Assim, essas formas de interação reproduziriam os valores fraternos que diferem daqueles presentes na lógica instrumental e puramente racional.

Quando o Entrevistado 3 diz: "e todo o processo de um ajudar o outro foi muito bacana", verifica-se que ele identifica a colaboração inscrita no processo de sociação que organiza o PV e percebe a maneira como ela é empregada como algo de valor.

Como é um Projeto coletivo é claro que eu boto a mão na massa também, entendeu? Então eu ajudo, carrego coisas hã... sirvo... se precisa tirar um lixo... tira, né? [...] Todo mundo [...] faz um pouquinho... que o Projeto já tem isso, né? Enraizado... todo mundo ajuda um pouquinho... um empresta uma coisa pro outro, enfim [...] (ENTREVISTADA 5)

A cooperação é possibilitada através da confiança (PUTNAM, 1996), exige uma compreensão recíproca e faz com que as pessoas se tornem conscientes dos próprios pontos de vista (SENNET, 2012). Apostar no propósito de uma convivência fraterna e nos benefícios em compartilhar ideias e experiências, mas, acima de tudo, perceber o PV enquanto recurso para satisfazer a própria necessidade em contornar o sentimento de isolamento causado pela cidade capitalista é, talvez, a característica mais importante presente na organização social que forma o PV.

As formas de interação (SIMMEL, 2006) colaboração e cooperação, quando ocorrem em função de uma convivência terna e solidária na qual os indivíduos estão tacitamente comprometidos em propiciar boas experiências para outras pessoas, acabam por gerar um sentimento de pertencimento (CLAVAL, 1999) ao grupo, conforme se observa na fala do Entrevistado 3:

Uma das questões muito forte que a gente pelo menos entendia do Projeto Vizinhança é essa questão hã... da colaboração, mas principalmente do pertencimento, né? Das pessoas se sentirem parte de.. disso... e... eu acho que bem a questão de protagonismo também porque as pessoas vão lá e fazem, né? Elas são ativas nesse processo e tu cria uma grande identidade, uma grande equipe, um grande time hã... Era muito o que a gente percebia do Projeto Vizinhança. (ENTREVISTADO 3)

Além disso, a liberdade para participar de acordo com a própria disponibilidade e vontade, de poder contribuir com algo que se gosta de fazer, livre de amarras, são aspectos que despertam a vontade em um número cada vez maior de pessoas de participar da organização dos eventos, como revela a fala da Entrevistada 2:

[O] núcleo duro [de organizadores], no mínimo, são umas quatro ou cinco pessoas. [...] E aí depois os outros vão lá: "nessa edição eu posso ajudar nesse período quero fazer isso quero fazer aquilo". [...] Eu acho que as pessoas se interessam em participar justamente porque a gente dá essa liberdade. A gente não fica enchendo o saco: "há faz isso faz aquilo". Então: "o que tu tá afim de fazer? Tu quer varrer? Então vai varrer agora", sabe? Teve uma vez que a gente fez lá o da Luzitana que o (), que é um amigo nosso, ele só foi pra limpar a casa. Ele não conseguiu nem ir no dia da atividade mesmo, mas ele podia ir pra varrer, pra montar. Trabalho pesado assim, né? E a casa tava realmente precisando de uma limpeza. [...] Porque tem gente que gosta dessa parte de arrumar o espaço. Tem gente que gosta da parte de ficar ali na mesa do café. Sempre tem alguém: "há vou te dar aqui esses guardanapos aqui que tão aqui arrumando". Aí tem gente que

adora a parte de literalmente decorar, botar coisinhas, bandeirinhas. Então essa organização espontânea que acaba acontecendo [...] eu acho que atrai muito as pessoas, né? Porque não tem aquela obrigação assim. Até porque é um trabalho voluntário prá todo mundo. É prá nós também. (ENTREVISTADA 2)

Além disso, os relatos dos entrevistados apontam que, no decorrer do processo, os organizadores também se tornam participantes e muitas pessoas que chegam nos eventos na intenção de atuar como participantes acabam por contribuir de alguma forma com a organização do evento ou se disponibilizam para colaborar em edições futuras.

5.14 A autogestão

Os entrevistados ralatam que no decorrer das interações que organizam o PV, as pessoas são incentivadas a colaborar, a comunicar (HABERMAS, 1992) e a se auto-organizar compartilhando afazeres e discutindo ideias. Então se diluiria a gestão inicial na medida em que as pessoas passam a identificar espontâneamente as necessidades do grupo que, para satisfazê-las, criam e recriam suas formas de atuação.

Nesse sentido, o PV seria um incentivo para que as pessoas assumam o protagonismo dos projetos, propondo ideias e soluções ao invés de esperar que tudo venha do topo. Além disso, o fato de participar, de fazer parte do processo, segundo o Entrevistado 3, faria com que as pessoas percebam valor naquilo em que estão fazendo parte. Além disso, segundo ele, as formas de interação que organizam o PV oportunizariam que as pessoas sejam mais autênticas e afáveis do que a vida cotidiana permite que elas sejam.

Para ele, a grande questão reside em fazer que exista um fio condutor do processo que organiza, mas que, ao mesmo tempo, não permaneça uma gestão sobre ele, ou seja, em permitir que a organização seja administrada pelos próprios participantes. Em outras palavras, é consentir que as pessoas encontrem formas de se organizar espontâneamente através de uma convivência harmoniosa, solidária e responsável sem a necessidade de uma liderança central.

Sendo assim, o Projeto Vizinhança propiciaria um exercício de emponderamento ao demonstrar de uma forma prática que as pessoas não precisam contar com a mão do Estado para se organizar e criar formas de existência mais próximas e fraternas na cidade. Segundo o Entrevistado 3, organizar momentos de convivência e compartilhamento é um processo que tornaria as pessoas protagonistas e, por isso, a importância de fazer com que elas se sintam na responsabilidade e com capacidade de fazer isso.

5.15 O Estado versus conexões afetivas

De acordo com a teoria, a lógica existente nas relações entre as instituições e as pessoas (WEBER, 2013; HABERMAS, 1992), entre o Estado e as pessoas é instrumental, o oposto daquela conexão emocional e afetiva que o PV buscaria estabelecer entre as pessoas. Para o Entrevistado 3, o Estado, não seria capaz de aproximar as pessoas de forma semelhante ao que é feito pelo PV:

Eu vejo que isso seria de uma maneira hã... responsabilidade do Estado... de uma certa forma, né? Do governo. Mas eu não vejo ele capaz de fazer isso... porque é algo que tu precisa de um nível de aprofundamento mesmo muito forte, né? Porque uma coisa é o Estado pegar e disponibilizar uma verba pra fazer algum evento... mas o Vizinhança assim... com esse Projeto [...] é diferente... a gente consegue tocar mais fundo, sabe? A gente consegue envolver emocionalmente aquelas pessoas. [...] Eu vejo que... que é uma responsabilidade do Estado, de alguma forma, promover também essa questão de auto-estima, de envolvimento, mas principalmente, né? Eu não vejo o Estado capaz de fazer isso e vejo que é uma questão principalmente da sociedade, né? Eu acho que nós somos responsáveis por fazer mais isso porque é... é um processo de nós nos tornarmos protagonistas e ativos... porque normalmente a gente hã... acaba deixando sempre pro Estado, ou deixando pra uma grande empresa ou deixando pra uma instituição... como escola, igreja, enfim... alguma... passando essa responsabilidade para outras pessoas... e eu acho que [...] o que [...] o Projeto Vizinhança conseguiu fazer é... é fazer com que as pessoas não esperem essas () dos outros, né? E que nós não precisamos dos outros pra fazer, né? Então... tipo... hã... só a inteligência coletiva que a gente tem, né? Complementariedade que a gente tem... e conseguir colocar isso em prática... isso é muito forte... eu particularmente hã... acredito muito no poder das diferenças, né? Na aproximação das diferenças, complementariedades, nas potências de cada um... só que... a gente anda num movimento... e tem uma cultura assim... de se aproximar muito com quem é igual a gente... isso perde muito, né? Potencial de mudança, de inovação e tal... então [...] eu acho que é uma grande responsabilidade nossa, né? Como sociedade fazer parte disso... principalmente de se sentir capaz de fazer isso. (ENTREVISTADO 3)

Além disso, as grandes cidades capitalistas abrigam um modo de vida permeado pela economia monetária, o que torna, segundo Simmel (2009), os indivíduos *blasé*, desprovidos de certas emoções e indiferentes frente ao significado das coisas. O cenário da vida moderna oferece pouco espaço para expressar as emoções, mas diferentemente do que ocorre no dia-a-dia, a atmosfera que envolve as interações sociais do Vizinhança propicia que as pessoas demonstrem seus sentimentos.

Um grupo de vocal [...] foi finalizar. Era [...] uma casinha lindinha assim pequenininha com uma varandinha assim mínima e o pessoal tava então embaixo dessa varandinha cantando [...] no fim da tarde com uma luzinha assim, [...] uma paixão [...], sabe? Um momento muito, muito, muito bonito assim... E nós lá... Chorando lá, né? (ENTREVISTADA 1)

A partir das entrevistas surgiram vários relatos sobre experiências junto ao PV que envolveram emocionalmente os seus organizadores. Além disso, o PV também possibilitaria a construção de memórias afetivas, conforme é possível verificar na fala da Entrevistada 1:

Foi lindo! Lembra que os vizinhos super chegaram assim... Há!... Isso é tri emocionante! Eles chegaram lá no final. Eles colheram abacates na rua e chegaram lá oferecendo abacates para todas as pessoas. Ó! Eu já começo a arrepiar! Porque foi lindo [...] Foi um final super bonito pra um começo assim bem desanimador [...] de que os vizinhos não se relacionavam, de que era super ruim ali. (ENTREVISTADA 1)

5.16 O Legado

O PV seria uma prova viva de que é possível organizar redes de colaboração independentes de interferência do Estado e sobre a qual todos possam se beneficiar. Porém, segundo o Entrevistado 3, é um grande desafio conseguir fazer este tipo de articulação. Para ele, o PV serviria como catalisador, mas seria preciso pensar mais a fundo o que é preciso fazer para reproduzir a lógica empregada no PV na vida cotidiana.

A Entrevistada 5, que atualmente reside no Rio de Janeiro, gostaria que tivesse uma iniciativa semelhante ao PV por lá. Chegou até a falar com as idealizadoras sobre a possibilidade de fazer algo a esse respeito. Segundo ela, poderia ser um projeto com outro nome, mas que tivesse uma essência semelhante ao PV. Para ela, a forma como as pessoas interagem e se

envolvem para organizar o PV, resgataria valores que atualmente fazem falta na vida em sociedade.

Ela acredita que não é difícil construir o tipo de relação interpessoal que dá vida ao PV, pois o segredo residiria apenas em conexões entre pessoas a partir de uma lógica pautada pela alegria em compartilhar e conviver com outras pessoas. Posturas estas que seguem na contramão de uma realidade onde se reproduz nas relações humanas a brutalidade dos comportamentos existentes no mercado, onde há oportunismo, egoísmo, competição e exploração. Minimizar o uso do dinheiro e evitar práticas comerciais no PV seriam estratégias para blindar o PV desses comportamentos os quais se pretende afastar. Segue o depoimento da Entrevistada 5 sobre o PV:

Eu acho que esse... esse Projeto... ele é um Projeto pra vida, sabe? Pra mim assim... a minha experiência ali é uma experiência de vida e uma experiência de vida incrível assim... incrível! Incrível! Eu tenho dentro de mim isso de... poder servir... de poder hã... ser um canal... e ali é um espaço que eu sou eu mesma... ali é a Patrícia em sua... em minha própria essência, né? Então eu imagino que se eu tivesse mais espaços, né? Que eu pudesse ser eu mesma, que eu pudesse ser um canal, que eu pudesse servir, né? Seria maravilhoso assim... Então a minha... a minha vontade é que o Vizinhança não acabe nunca! Que ele se espalhe o quanto mais... que essa proposta reverbere, né? Por aonde... aonde o vento levar mesmo... e... também assim eu lembro algumas hã... até intervenções políticas, né? Porque aí claro... a coisa vai tomando forma, né? E aí já... o olho já cresce e tal... e não... e as gurias foram super assim... sempre mantiveram o propósito, né? Hã... inicial... que é esse da coletividade... então assim... hoje tem... vai político lá... mas ele vai e participa do Vizinhança, entendeu? É isso que ele vai fazer. Ele é outro. Eu sou uma e ele é outro, sabe? Não é ele é o político e eu sou a [Entrevistada 5]... Não! Eu sou uma outra pessoa e ele outra pessoa... e a gente tá ali... e se ele tiver que juntar o lixo vai ter que juntar o lixo, sabe? Então hã... isso é muito legal... então a minha... a minha observação é essa só... que esse Projeto voe cada vez mais... que é disso que as pessoas precisam... é disso que o Brasil precisa e que o mundo precisa né? Nossa Senhora! ((risos)) Meu Deus do céu, nem vamos pensar nisso porque é uma loucura! Cada dia eu vejo cada coisa [...] que pelo amor de Deus! Ontem eu e meu marido olhando um pouco de televisão porque não dá mais pra olhar essa () de televisão... Eu falei pra ele: "gente! mas tá... tá... eu não sei... parece que os valores inverteram! Inverteu tudo! Tá tudo meio de cabeça pra baixo! Pelo amor de Deus!"... e o Vizinhança não! O Vizinhança se mantém aí firme! (ENTREVISTADA 5)

Os relatos dos organizadores indicam que no tempo permaneceria os vestígios da memória de uma experiência vivida que poderiam servir de

gatilho para que as pessoas se motivem a construir novas possibilidades de convivência fraterna no espaço urbano. Sendo assim, estima-se que o legado do PV é o que será feito pelas pessoas a partir do significado que elas atribuem às experiências vividas no PV. Para a Entrevistada 2, o legado do PV é algo intangível, não está no espaço, mas naquilo que permanece no interior das pessoas através dos elementos interiorizados a partir da experiência que tiveram no território construído pelo PV conversando com outras pessoas, compartilhando tarefas e participando de atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreciar a interação com outras pessoas é indispensável para a vida em sociedade porém, momentos reservados para esse exercício são escassos na cidade capitalista. A literatura mostra que a lógica da economia monetária permeou todas as esferas da vida na modernidade e deu lugar a um modo de vida em que as pessoas são pouco participativas em prol da comunidade e no convívio com outras pessoas.

As necessidades que o modo de vida na cidade capitalista pouco satisfaz, como, por exemplo, de convivência fraterna, desperta o interesse nas pessoas em participar de iniciativas como o PV. Os momentos que o PV proporciona supririam esporadicamente a carência de relações humanas mais solidárias.

Considerando que a organização é resultado de processos de interações sociais, buscou-se na literatura os instrumentos teóricos para analisar de que forma, através de processos de interação, as pessoas organizam espaços que oportunizam momentos de compartilhamento e convivência fraterna no ambiente urbano.

A partir dos fundamentos de Georg Simmel, foi possível compreender que as pessoas se organizam em função de seus interesses. Qual seria então o interesse que originou o PV? Identificou-se que as idealizadoras, ao se conhecerem, possuíam em comum o interesse nas possibilidades de convivência e integração que podem existir na cidade.

Ao desmembrar os conteúdos discursivos das entrevistas junto aos organizadores em categorias foi possível compreender os processos de sociação (SIMMEL, 2006) pelos quais as pessoas organizam espaços de compartilhamento e convivência independente de auxílio do Estado e instituições. Verificou-se que a organização social do PV se dá através seguintes formas de sociação (SIMMEL, 2006): colaboração, cooperação e sociabilidade. Porém, como essas duas primeiras formas podem operar tanto a serviço de uma lógica instrumental quanto em uma lógica pautada por valores fraternos, foi preciso investigar o que faz com que essas formas

atendam a uma racionalidade substantiva centrada na valorização das relações humanas.

Para Simmel (1984) a resposta estaria na convivência dos indivíduos, o que confirma com o relato dos organizadores. A convivência dos indivíduos no PV parece ser orientada por um sistema - socialmente reconhecido pelo grupo - composto por aqueles valores pouco observados na vida cotidiana moderna como, por exemplo, a fraternidade e o companheirismo. Elementos estes que contribuiriam para atender a necessidade de relações mais fraternais que o capitalismo tardio não proporciona. Dessa maneira, no PV, a cooperação, colaboração e a sociabilidade seriam as formas utilizadas para reproduzir esses valores.

O Vizinhança demonstraria que nas grandes cidades seria viável uma existência que pulsa criatividade, expressão e diversão em substituição a uma existência pautada pela competição e pelo consumo. Nesse sentido, o PV apontaria que é possível resgatar o prazer das pessoas em apreciar a vida em comunidade e assim reconstruir o sentimento de pertencimento à rua, ao bairro e à cidade.

O PV parece refletir as aspirações e valores associados a um desejo de transformação, promover formas inovadoras de relações sociais na cidade e revelar a substituição da lógica instrumental por uma racionalidade orientada ao entendimento, ao compartilhamento e ao fortalecimento do espírito comunitário. Em outras palavras, o PV visaria demonstrar, através da ação prática, que não é tão complicado adotar uma lógica pautada pela valorização das relações humanas.

Para finalizar, observa-se que poderíamos ter explorado os motivos que levaram as pessoas a cederem temporariamente seus espaços privados para a realização do eventos do PV, porém não entrevistamos essas pessoas. Para estudos futuros, seria interessante investigar se iniciativas como o PV reverberam para outras cidades e de que forma se daria esse processo.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **O debate em torno do capital social: uma revisão crítica**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, Rio de Janeiro, n.47, p.65-79, 1.sem. 1999.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. **As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. vol.14, n.1 p.127- 143. 2011.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Comunidade e sociedade: conceito e utopia**. Raízes Ano XVIII, n.20, p.50-53, Nov 1999.

AUSTIN, John Langshaw. How to do thinks with words. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Ed. Zahar, 2007.

BEGATTINI, G. **Os distritos industriais na Itália**. In: COCCO, G., URANI, A.; GALVÃO, A.P. (Orgs) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itla'liza. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais**. Tradução de Fernando Pinheiro In: ______. Bourdieu e a questão de classes. Novos Estudos, 96, Julho 2013.

_____. **O capital social - notas provisórias**. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. Berkeley Journal of Sociology, n.32, p.1-49, 1987.

BREIGER, R. **The duality of persons and groups**. Social Forces, vol.53, n.2, p.181-190, dez 1974.

BRUNET, R. et al. **Les mots de la Géographie. Dicctionaire critique**. Paris: Montpellier, La Documentation Française. Reclus, 1992.

BUTTS, Carter T. Revisiting the foundations of network analysis. Science, 325, 414-416. doi: 10.1126/science.1171022. Jul 2009.

CARNEIRO, Sandra de Sá; Sant'Anna. Cidade: olhares e trajetórias. Garamound: 2009.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. In: Geographia, Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1, n.2, p. 7-26. 1999.

COLEMAN, James Samuel. Foundations of social theory. Harvard University Press, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Confiança, capital social e desenvolvimemto territorial**. R. RA'EGA, n.4, p.49-60. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do Trabalho social. São Paulo: Martins fontes, 1999.

DUVIGNAUD, Jean. A solidariedade. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

ETZIONI, Amitai. The spirit of community: the reinvention of american society. New York: Touchstone, 1993.

FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. 5 ed. London: Print T. Cadell, 1782.

GANDOLFI, Maria Raquel Caixeta et al. **Tecendo novos arranjos sociais: um estudo dos impactos de um empreendimento solidário na Comunidade Rural Córrego do Açúde de Ituitaba/ MG**. REDERevista do Desenvolvimento Regional, v.15, n.2, p. 152-171, UNISC, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, v.91, n.3, p.481-510, Nov 1985.

. The strenght of week ties. In: The American Journal of Sociology, vol. 78, n.6, p. 1360-1380, Mai 1973.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Traducción Manuel Jiménez Redondo. Vol I. Madrid: Ed. Taurus Humanidades, 1999.

_____. Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista. Traducción Manuel Jiménez Redondo. Vol II. Madrid: Ed. Taurus Humanidades, 1992.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

HEEMANN, Jeniffer; CAIUBY, Paola. **O que faz um espaço público ser bem sucedido?** In: Project for Public Spaces (PPS). Disponível em: < http://www.placemaking.org.br/home/o-que-faz-um-espaco-publico-ser-bem-sucedido/> Acesso em: 20 Maio 2016.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

HYPENESS. O projeto que transforma espaços abandonados da cidade em lugares cheios de vida. 2014. Disponível em: http://www.hypeness.com.br/2014/10/entrevista-hypeness-o-projeto-que-transforma-espacos-abandonados-da-cidade-em-lugares-cheios-de-vida/. Acesso em: 24 de Abril de 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 2007.

	. O direito à cidade.	Tradução	de Rubens	Frias.	São Paulo:	Editora	Moraes,
1991.		_					

Espacio y politica. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.
MAÇADA, D. L.; TIJIBOY, A. V. Aprendizagem cooperativa em ambientes telemáticos. In; IV Congresso RIBIE, Brasília, 1998. Disponível em: < http://mathematikos.mat.ufrgs.br/textos/aprendizagem_cooperativa.pdf>. Acesso em: 28 de Abril de 2017.
MACIEL, Regina Heloisa de Oliveira et al. Redes sociais e capital social na formação de redes socioprodutivas: estudo em uma feira de confecções de Fortaleza . Cad. psicol. soc. trab. vol.17 n.1 São Paulo jun.2014. doi: 10.11606/issn.1981-0490 p.33-47
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Livro I, vol. I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
O processo de produção do capital . Livro I, vol. II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
MARTIN, Denis-Constant. Identités et politique: récit, mythe et idéologie . p.13-38 de: (org.) Cartes d'identité. Comment dit-on "nous" en politique. Paris: Presses de la Fondation Nationale es Sciences Politiques, 1994.
POLLANY, K. A grande transformação: as origens de nossa época . Rio de Janeiro: Campus, 1980.
PUTNAM, Robert D. Democracies in Flux: the evolution of social capital in contemporary society. Oxford University Press, 2002.
$\underline{\hspace{1cm}}$. Bowling Alone: The collapse and revival of american community. New York: Simon & Schuster, 2000.
Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
RAMOS, Letícia Valente. A dinâmica da cooperação entre gestores de uma empresa multinacional . Revista Gestão & Tecnologia, v.13, n.3, p. 128-150. e-ISSN: 2177-6652. Pedro Leopoldo: 2013.
RECUERO, Raquel da Cunha. Um estudo do capital social gerado a partir de Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs. Revista FAMECOS n.28. p.88-106. Porto Alegre: dez 2005.
SANTOS, Milton. O espaço do cidadão . São Paulo: Nobel, 1987.
Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
Por uma geografia nova . São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Expressão Popular, 2007.
SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização . Porto Alegre: Artmed, 2010.
SENNET, Richard. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação . Rio de Janeiro: Record, 2012.
A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record: 1998.
SIMMEL, Georg. Psicologia do Dinheiro e outros ensaios. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2015.

Sociología: estudios sobre las formas de socialización. Tradução de
Artur Morão. México: FCE, 2014.
As grandes cidades e a vida do espírito. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2009.
A sociabilidade . In: Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
Philosophie des geldes. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.
Georg Simmel: Sociologia. Organizador Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.
. Metrópole e vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
SOARES, E. S. Religioso por natureza: cultura alternativa e misticismo ecológico no Brasil . In: O rigor da indisciplina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. (orgs.) Simmel e a modernidade . 2 ed. Brasília: Editora: UnB, 2005.
TÖNNIES, Ferdinand. Comunidad y sociedad. Traducción José Rovira Armengol. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947 [1887].
WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. Social Network Analysis. Methods and Applications . Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.
WATZLAVICK, Paul; BEAVIN, Janet; JACKSON, Don. Pragmática da comunicação humana. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2013.
Economia e sociedade. Volume I. Brasília: Unb, 2004.
YIN, Roberto K. The case study crisis: some answers. Administrative Science Quartely, vol. 26. March, 1981.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de questões semi-estruturado

- 1. Descreva a sua participação no Projeto Vizinhança.
- 2. Como você define o Projeto Vizinhança?
- 3. Quais memórias você guarda da experiência junto ao Projeto Vizinhança?
- 4. Você se recorda de alguma resistência ou obstáculo que precisou ser contornado para a realização dos eventos?
- 5. Para você, o Projeto Vizinhança preenche lacunas deixadas pelo Estado e suas políticas? Como?
 - 6. O que o Projeto Vizinhança representa para você?
- 7. Quais são suas atuais expectativas com relação ao projeto Vizinhança?
 - 8. Gostaria de falar algo mais?

Anexo B - Relação de entrevistados

Entrevistada 1 Data: 06/12/2016 Meio: Presencial Local da entrevista: Associação Cultural Vila Flores Duração: 60 min Gênero: Feminino Idade: 43 Formação: Arquitetura, Mestranda em Poéticas Visuais Entrevistada 2 Data: 06/12/2016 Meio: Presencial Local da entrevista: Associação Cultural Vila Flores Duração: 60 min Gênero: Feminino Idade: 37 Formação: Publicidade, Mestranda em Design Estratégico Entrevistado 3 Data: 03/01/2017 Meio: videoconferência Local da entrevista: -Duração: 40 min Gênero: Masculino Idade: Formação: Administração, Doutorando em Administração Entrevistada 4 Data: 13/01/2017 Meio: videoconferência Local da entrevista: -Duração: 20 min Gênero: Feminino Idade: Formação: Pedagoga, Mestre em Artes Visuais Entrevistada 5 Data: 17/01/2017 Meio: videoconferência Local da entrevista: -Duração: 30 min Gênero: Feminino Idade: Formação: Relações Públicas Entrevistada 6 Data: 19/01/2017 Meio: presencial Local da entrevista: Café à Brasileira Duração: 50 min Gênero: Feminino Idade: 70 Formação: Doutora em Física Entrevistada 7 Data: 20/01/2017 Meio: presencial Local da entrevista: Café Chaves Duração: 40 min Gênero: Feminino Idade: 39

Formação: Engenheira de Alimentos